



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2024 - PROCESSO Nº 122/2024

DATA DA REALIZAÇÃO: 27 de junho de 2024

INÍCIO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 12 de junho de 2024

FIM RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS/ABERTURA SESSÃO 27 de junho de 2024 às 08h00 (oito horas)

INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 27 de junho de 2024 às 08h15 (oito horas e quinze minutos)

LOCAL: PLATAFORMA ELETRÔNICA DE PREGÃO NO SITE www.bll.org.br

Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília (DF)

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA**, pessoa Jurídica de Direito Público, devidamente inscrita no CNPJ nº 46.599.809/0001-82, com sede na Rua Pará nº 3.227 - Patrimônio Velho, nesta cidade de Votuporanga/SP, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possa interessar, a abertura de procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **"Menor Preço" por GRUPO DE ITENS**, a ser realizado por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL" (www.bll.org.br), nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**, Decreto Federal nº 11.462/23, Lei complementar nº 123/06, Decreto Municipal nº 15.631/2023 e suas alterações (https://www.votuporanga.sp.gov.br/portal/leis_decretos) e demais normas pertinentes à espécie, e as exigências estabelecidas neste Edital.

O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no site: www.votuporanga.sp.gov.br, na plataforma eletrônica: www.bll.org.br, e no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP. Maiores informações e/ou esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone (17) 3405.9700 – ramais 9843 e 9841.

1 - DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para **Implantação de Sistema de Câmeras de Videomonitoramento Eletrônico** em diversos pontos do Município, incluindo material, equipamentos e mão de obra, conforme Resolução CONTRAN Nº 875 DE 13/09/2021 artigo 10º inciso VI e XIV, durante o período de 12 (doze) meses.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por grupo de item. Observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. O objeto acima mencionado é composto por **GRUPO ÚNICO formado por oito ITENS**, conforme quantidades definidas e especificações mínimas abaixo e **constantes do Termo de Referência – Anexo I e Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP**:

Grupo 01 (único)

GRUPO	ITEM ELEM	CÓD	UND	QUANT	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA
01	01	001.060.533	UND	35	Caixa de montagem 50x40x20cm; caixa de montagem de painel elétrico - hermética; quadro de comando - sobrepor; chapa: estrutura #22 - placa #22 - porta #22; fabricados em aço carbono; tratamento anticorrosivo; pintura eletrostática a pó - caixa na cor bege ral 7032; placa de montagem removível na cor laranja ral 2003, ponto de aterramento na caixa e porta; dobradiças invioláveis com pino 3/16 zincado; perfil auto adesivo em eva para vedação 15x10; fecho lingueta com miolo fenda (plástico); grau de proteção ip-54; sem flange; incluso suporte para fixação em tubo de 4 polegadas.
	02	001.060.534	UND	51	Poste em tubo de aço galvanizado de 4 x 2,00 x 6000, eletrolítico com tampa de plástico.
	03	044.004.079	UND	67	Câmera tipo Bullet de 5 MP; sensor de imagem 1/2.7" CMOS de varredura progressiva; resolução máxima 2592 x 1944; iluminação mínima color: 0,003 Lux @ (F1.4, AGC ON), P/B: 0 Lux com IR; tempo do obturador 1/3 sa 1/100.000 s; filtro de corte dia e noite IR; ajuste de ângulo Pan: 0° a 360°, inclinação: 0° a 90°, rotação: 0° a 360°; lentes: lente focal fixa tipo de lente, 2,8, 4 e 6 mm opcional; distância focal e FOV 2,8 mm, FOV horizontal 98°, FOV vertical 71°, FOV diagonal 131° 4 mm, FOV horizontal 79°, FOV vertical 58°, FOV diagonal 104° 6 mm, FOV horizontal 51°, FOV vertical 37°, FOV diagonal 66°; montagem da lente M12; tipo de íris fixo; abertura F1.4; DORI 2.8 mm: D: 64 m, O: 25 m, R: 12 m, I: 6 m 4 mm: D: 77 m, O:



GRUPO	ITEM ELEM	CÓD	UND	QUANT	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA
					30 m, R: 15 m, I: 7 m 6 mm: D: 126 m, O: 50 m, R: 25 m, I: 12 m.
	04	044.004.080	UND	12	Câmera LPR sensor de imagem 1/1.8" cmos de varredura progressiva; resolução máxima 2688 x 1520; iluminação mínima cor: 0,001 lux @ (f1.2, agc on); tempo do obturador 1/25 sa 1/100.000 s; filtro de corte ir dia e noite; lentes: distância focal e fov 2,8-12 mm: horizontal: 113,5° a 39°, vertical: 58,4° a 22,7°, diagonal: 141,3° a 44,3° 8-32mm: horizontal: 41,9° a 15,1°, vertical: 22,9° a 8,64°, diagonal: 48,8° a 17,3° 10-50mm: horizontal: 32,2° a 7,8°, vertical: 18,1° a 4,4°, diagonal: 37,1° a 8,95°; foco automático; íris tipo dc-iris; abertura 2,8-12 mm: f1,38 8-32 mm: f1,7 10-50 mm: f1,7.
	05	047.001.316	UND	35	Switch POE de 4 portas em estrutura externa de material metálico, fonte de alimentação de 48 V CC, 0,8 A, com 04 portas POE de 10/100 Mbps e 01 Porta Rj 45 de 10/100 Mbps. Capacidade do Switch de 1 Gb/S taxa máxima de pacote de, 74Mbp e cache interno de 0,768 kbits, EMC FCC (47 CFR Parte 15, Subparte B), CE-EMC (EN 55032: 2015+A11: 2020, EN IEC 61000-3-2: 2019, EN 61000-3-3: 2013+A1: 2019, EN 50130- 4: 2011+A1: 2014, EN 55035: 2017+A11: 2020), IC (ICES-003: Edição 7:2020), RCM (AS/NZS CISPR 32: 2015), Segurança UL (UL 60950-1), CB (AMD1:2009, AMD2:2013, IEC 62368-1: 2014 (segunda edição), CE-LVD (EN 62368-1: 2014+A11: 2017), transmissão PoE de longo alcance de até 300 m. A distância entre os IPCs e o switch pode atingir no máximo 300 metros. Fonte de alimentação adaptativa de 4/8 núcleos com menos perda de energia. A fonte de alimentação de 8 núcleos reduz a perda de energia nos cabos. Projeto para transmissão de vídeo. A porta VIP garante transmissão de dados importantes quando ocorre congestionamento na rede. Proteção contra surtos de 6KV para melhorar a confiabilidade em ambientes adversos. O dispositivo de proteção contra surtos integrado protege o switch contra raios repentinos em ambientes adversos. Projeto para transmissão de vídeo. A porta VIP garante transmissão de dados importantes quando ocorre congestionamento na rede.
	06	001.055.438	UND	35	Protetor eletrônico (filtro de linha). Características mínimas – tomada: 6; dupla proteção: fusível contra curto-circuito e sobrecarga e varistor contra surtos de tensão; cabo de 1,5 metro: maior distância para ligar os equipamentos; 100 a 240 Vac bivolt automático - 50/60 Hz; capacidade de absorção de energia em caso de surtos elétricos: 125 joules; corrente máxima de operação: 10 ampères; potência máxima de operação: 1.270 W (127 volts) e 2.200 W (220 volts); material antichamas: evita a propagação de incêndio, aumentando a segurança do ambiente; para uso em ambiente interno.
	07	044.004.070	UND	3	Televisor smart 70 polegadas uhd 4k (compatível com o modelo samsung 70au7700); conectividade hdmi: 3, usb: 1 e ethernet rj45: 1; tamanho da tela 70 polegadas; frequência: 50 hz x 60 hz; tipo de tela led; função de compartilhamento de tela; voltagem: 100v/240v - bivolt; resolução: 3.840 x 2.160; visual livre de cabos; tipo de alto-falante: 2 canais - potência (rms): 20w; processador moderno compatível com os aplicativos atuais e a resolução do equipamento; garantia 12 meses.
	08	006.001.536	SER	1	Contratação de empresa especializada na instalação e programação/configuração de câmeras para monitoramento eletrônico.

Obs.: Grupo 01 (elementos/itens 01 a 08).

1.4. O GRUPO descrito acima será considerado em sua totalidade, ou seja, será composto por tantos quantos elementos/itens existirem nele.



1.5. O Licitante deverá apresentar proposta de preços para o GRUPO único de ITENS e para este haverá etapa de lances.

1.6. O Licitante somente será selecionado para ir à etapa de lances se apresentar proposta de preços para o GRUPO ÚNICO de ITENS de acordo com as especificações **mínimas** deste Edital.

1.7. Deverá ser respeitada a numeração do GRUPO ÚNICO de ITENS e as quantidades, unidades e especificações **mínimas**.

1.8. Os elementos que compõem o Grupo Único de ITENS deverão ser de primeira linha e atender aos padrões de qualidade reconhecidos pelo mercado nacional e as normas brasileiras vigentes.

2 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases por meio do portal da Bolsa de Licitações do Brasil - BLL.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a) da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA – SP, mediante monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante na página da internet da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL.

2.3. O Licitante interessado em participar do certame deverá observar atentamente as condições previstas para sua participação no presente Edital tais como seu cadastramento junto ao provedor do sistema - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL - para participar da licitação, bem como a data e horário de fim do recebimento das propostas e o início da etapa de lances (ambos no preâmbulo do certame).

2.4. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante vencedor do certame que pagará a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL, provedora do sistema eletrônico para o município de Votuporanga/SP, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa de utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da Bolsa de Licitações do Brasil - BLL.

3 - DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA

3.1. Poderão participar deste Pregão todos os interessados cujo ramo de atividade seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação, que estejam de acordo com a legislação vigente (Federal, Estadual e Municipal) que os regulamente e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no portal da Bolsa de Licitações do Brasil - BLL.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

3.5.1. Será aplicado os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 às microempresas e às empresas de pequeno porte que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrados contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte, para estar apto a participar do Pregão na forma Eletrônica, deverá quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor



de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.7. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. A vedação de que trata o item 3.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública,

4.4. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.5. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes, após a fase de envio de lances.

4.6. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema (artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022), o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.6.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.6.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.6.3. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.6.4. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.6.5. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.7. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.6 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.8. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



5 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O Licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) **VALOR UNITÁRIO E TOTAL DE CADA ELEMENTO/ITEM E VALOR TOTAL DO GRUPO, em moeda corrente nacional, em algarismos, com até duas casas decimais após a vírgula.**

b) **MARCA (se for o caso);**

c) **FABRICANTE; (se for o caso)**

d) **DESCRIÇÃO DO OBJETO.**

5.1.1. No preenchimento da proposta eletrônica, no sistema deverão obrigatoriamente ser informadas no campo próprio as ESPECIFICAÇÕES contidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” de cada elemento/item do GRUPO ÚNICO. A não inserção das informações nestes campos poderá ocasionar na desclassificação do licitante, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante **é ciente e concorda** com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência – Anexo I e Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer, conforme for o caso, os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo MENOR PREÇO POR GRUPO de itens.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance ***de valor inferior ou percentual de desconto superior*** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.10. Será adotado para o envio de lances neste pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



- 6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.18.2.2. empresas brasileiras;
- 6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.19. As regras previstas no item 6.18.1, não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a licitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



- 6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes.
- 6.20.4. O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até **04 (quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado e/ou após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.20.5. É facultado(a) ao(a) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.21. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 - DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.2.1. contiver vícios insanáveis;
- 7.2.2. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.2.3. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.3. Fica caracterizado indício de inexequibilidade, a proposta que represente o valor de 50% (cinquenta por cento) inferior ao orçamento pela Administração Pública.
- 7.3.1. Se o licitante, após a fase de lances, arrematar GRUPO de itens que represente o valor de 50% (cinquenta por cento) inferior ao orçamento pela administração pública, o(a) Pregoeiro(a) poderá exigir meios idôneos para fins comprovação de exequibilidade do preço apresentado pelo participante.
- 7.4. Para fins de julgamento das propostas, serão considerados dentre outros meios idôneos a serem julgados pelo(a) Pregoeiro(a), os seguintes:
- a) Notas fiscais eletrônica de entrada do produto ou serviço licitado;
 - b) Notas fiscais eletrônica de saída do produto ou serviço licitado;
 - c) Cupons fiscais;
 - d) Conhecimento de Transporte Eletrônico (CTe);
 - e) Conhecimento de Transporte Para Fretamento e outros serviços – (CTe e OS);
 - f) Manifesto de documentos fiscais eletrônicos;
 - g) Livro caixa da empresa;
 - h) Declaração de imposto de renda pessoa jurídica IRPJ;
 - i) Documento idêneo que comprove a execução do objeto licitado com outros entes públicos.
- 7.5. Além dos documentos descritos no item anterior, ficará a critério do(a) Pregoeiro(a), a exigência de outros meios idôneos que comprovem a execução do objeto licitado.

7.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a **realização de diligências**, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

7.7.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a) a depender da complexidade do objeto licitado ou por solicitação via chat no sistema, ou outro meio quando o informado estiver indisponível e desde que anexado posteriormente na plataforma, de forma escrita e justificada pelo licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo(a) Pregoeiro(a).

7.8. Se a proposta for desclassificada, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.9. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.10. O(A) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.10.1. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.11. No julgamento da proposta, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, fundamentando e registrando sua decisão no sistema.



7.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à Licitante subsequente, nova verificação deve ser realizada da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos necessários para habilitação deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada, de forma individual, ou ainda publicação em órgão da imprensa oficial, apresentados em formato digital escaneado.

8.1.1. Para efeitos da comprovação dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, os Licitantes deverão enviá-los exclusivamente por meio do sistema, via plataforma – Bolsa de Licitações e Leilões - BLL até a data e o horário estabelecido para a abertura da sessão pública, exceto os abrangidos pelo SICAF (Habilitação Jurídica, Fiscal, Social e Trabalhista e Econômico-Financeira), quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

8.1.2. Reforçando: Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF **deverão obrigatoriamente ser enviados por meio do sistema, em formato digital, via plataforma – Bolsa de Licitações e Leilões - BLL até a data e o horário estabelecido para a abertura da sessão pública,** conforme item 8.1 e 8.1.1.

8.1.3. Nos casos em que os licitantes porventura não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, **deverão apresentar todos os documentos de habilitação exigidos neste Edital via plataforma – Bolsa de Licitações e Leilões - BLL até a data e o horário estabelecido para a abertura da sessão pública de** acordo com o item 8.1.

8.2. A Documentação exigida para fins de habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos (Habilitação Jurídica, Fiscal, Social e Trabalhista e Econômico-Financeira).

8.2.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.3.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.4. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.5. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.6.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.7. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.8. Os Documentos de Habilitação não serão necessários ser enviados de forma física.

8.9. Os documentos exigidos nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e” e “f” do item 8.15 (Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista) deste Edital, somente serão aceitos se a data de validade neles assinalados for igual ou superior a data marcada para abertura da sessão pública deste certame, na hipótese de não constar nos documentos o respectivo prazo de validade, somente serão aceitos os documentos emitidos no prazo de 90 (noventa) dias anteriores à data marcada da sessão pública, salvo apresentação de prova hábil para comprovar validade superior.

8.9.1. Os documentos emitidos via Internet dispensam autenticação, desde que apresentados em seu original, ficando a critério da Prefeitura a comprovação da veracidade dos mesmos e desde que estejam dentro do prazo de validade, conforme item 8.9 acima.

8.10. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.10.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência – Anexo I e Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar – ETP exigir requisitos de

habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 15% (quinze por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.11. DA VISTORIA – FACULTATIVA – se atentar para as informações abaixo:

8.11.1. Considerando que na presente contratação a **avaliação prévia do local de execução é imprescindível** para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante **deve atestar, sob pena de inabilitação**, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado **a ele o direito de realização de vistoria prévia** até um dia útil anterior a data marcada para abertura da sessão pública do pregão eletrônico.

8.11.1.1. O licitante que **optar por realizar vistoria** prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado, conforme consta do Termo de Referência – Anexo I, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.11.1.2. O licitante receberá comprovante da realização da vistoria, que será fornecido pela Prefeitura do Município de Votuporanga/SP e obrigatoriamente deverá ser apresentado exclusivamente **até a data e o horário estabelecido para a abertura da sessão pública do pregão eletrônico por meio da plataforma BLL**.

8.11.1.3. Caso o licitante **opte por não realizar vistoria**, poderá substituir a declaração exigida no presente item por **declaração formal assinada por representante legal do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que DEVERÁ ser apresentada exclusivamente por meio do sistema, via plataforma – Bolsa de Licitações e Leilões – BLL até a data e o horário estabelecido para a abertura da sessão pública do pregão eletrônico**.

8.12. **Como condição prévia ao exame da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, após o julgamento da(s) proposta(s) será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a **participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:**

a) SICAF;

b) Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>).

8.12.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

8.12.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será inabilitado, por falta de condição de participação.

8.13. No caso de inabilitação, caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, haverá nova verificação, de ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.14. A Habilitação Jurídica será comprovada mediante apresentação:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;

c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido por órgão competente quando a atividade assim o exigir e/ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial;

e) no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

f) no caso de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

g) no caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

8.14.1. A demonstração da legitimidade do signatário da se dará mediante apresentação da seguinte documentação:

a) No caso de Procurador

I - Instrumento de mandato público, ou;

II - Instrumento de mandato particular, assinado pelo representante legal da empresa, com firma reconhecida em Cartório, juntamente com Documento de constituição da empresa e alterações, onde se verifique que o sócio subscritor possui legitimidade para outorgar a procuração referida.

b) No caso de sócio-gerente

I - Documento de constituição da empresa e alterações, no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações decorrentes de tal investidura.

8.14.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.15. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista será comprovada mediante apresentação:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Municipais inscritos em Dívida Ativa da sede do Licitante. Caso a sede do Licitante seja fora deste Município e mantenha filial(is) em Votuporanga, apresentar também desta(s);
- c) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e quanto a Dívida Ativa da União, **abrangendo inclusive as Contribuições Sociais (INSS)** previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 ou **Certidão Previdenciária**;
- d) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) perante a Justiça do Trabalho (Lei Federal 12.440/2011 e artigo 642-A da CLT);
- f) Certidão Negativa de Débitos relativos a **DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO** e pela **SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**, relativo ao domicílio ou sede do licitante.

8.16. Regularidade Fiscal e Trabalhista para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) será comprovada mediante apresentação:

- a) Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado de origem do licitante, ou pela apresentação do Comprovante da opção pelo **SIMPLES** obtido no site da Secretaria da Receita Federal, ambos documentos emitidos **no prazo de até 90 (noventa) dias anteriores à data marcada da sessão pública**.

a1) Se NÃO OPTANTE pelo SIMPLES Nacional deverá apresentar: Declaração de que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, **nos termos da Lei Complementar nº 123/06**, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, **que deverá ser assinada por seu representante legal e também por CONTADOR HABILITADO**.

- b) Declaração firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos **impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006**.

- c) Declaração elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de **que no ano - calendário de realização da licitação, ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima** admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

8.16.1. para a habilitação, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar a documentação completa e exigida para fins de comprovação de regularidade Fiscal e Trabalhista mesmo que apresente alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.16.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja habilitado, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.16.3. a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do instrumento contratual ou outro instrumento que o substitua.

8.16.4. Quanto à microempresa e empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

8.16.5. Não ocorrendo a regularização da documentação, no prazo previsto do subitem 8.16.3, implicará decadência do direito à execução do objeto do certame, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14133/2021, sendo facultado à Administração convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação, assinatura do contrato ou outro instrumento equivalente que o substitua, ou revogar a licitação.

8.17. Qualificação Econômico-Financeira será comprovada mediante apresentação:

- a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.18. Qualificação Técnica será comprovada mediante apresentação:

- a) Apresentação de **Atestado(s)** emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que demonstrem a execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto da licitação constando as especificações dos serviços prestados (Art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021) correspondente **ao elemento/ITEM 08 do GRUPO (instalação e programação/configuração de câmeras)** deste Edital.



b) Certidão de registro expedida pelo **Conselho Regional competente (CREA ou CRT)**, que comprove a especialização da empresa e quadro atual de responsáveis técnicos da licitante.

c) Certidão de Pessoa Jurídica e Física expedida ou visada pelo “**CREA ou CRT**”, comprovando o atual quadro de responsáveis técnicos da licitante, Colaborador Técnico responsável da empresa ou Engenheiro, deverá ter registro de trabalho a contratada.

d) Declaração do Licitante elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que **cumprir com as normas relativas à saúde e segurança no trabalho** dos seus funcionários, especialmente as relativas **NR-10 e NR-35**.

8.18.1. Documento Complementar será comprovado mediante apresentação:

a) Catálogo ou folder do FABRICANTE ou **página da internet**, impressa e legível, do site do FABRICANTE com as especificações dos equipamentos/materiais constantes dos **ITENS 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07** do **GRUPO** deste Edital.

8.18.2. Documento Complementar de VISTORIA será comprovado mediante apresentação:

a) Comprovante da realização da vistoria, fornecido pela Prefeitura do Município de Votuporanga/SP ou;

b) Declaração formal elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita por **representante legal do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação**.

8.19. Outras Comprovações serão mediante apresentação:

a) Declaração do Licitante, elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que não utiliza de mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

b) Declaração do Licitante, elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita pelo representante legal, asseverando que não está declarado inidôneo por qualquer órgão da Administração Pública ou impedido de licitar e contratar com esta Administração Municipal.

c) Declaração do Licitante, elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita pelo representante legal, de que não possui em seu quadro societário e funcional, servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

d) Declaração do Licitante, elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita pelo representante legal, que atende plenamente a todos os requisitos de habilitação definidos no Edital (art. 63 da Lei Federal nº 14.133/21).

e) Declaração do Licitante, elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63 da Lei Federal nº 14.133/21).

f) Declaração do Licitante, elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei Federal nº 14.133/21).

g) Declaração do Licitante, elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

h) Declaração do Licitante, elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

8.19.1. O atendimento correspondente as apresentações das DECLARAÇÕES solicitadas acima (item 8.18, 8.18.2. e 8.19) e as DECLARAÇÕES para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) (item 8.16) PODERÃO ser no formato de DECLARAÇÃO UNIFICADA conforme modelo constante do ANEXO II deste edital.

8.20. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital, em especial as sanções do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, incisos III e IV e Decreto Municipal nº 15.631 de 31 de março de 2023.



8.21. Se o Licitante for a matriz, todos os documentos de Habilitação deverão estar em nome da matriz, e se o Licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.22. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.23. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA E SEUS REQUISITOS

9.1. A proposta final do Licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **até 04 (quatro) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema eletrônico.

9.1.1. É facultado(a) ao(a) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.1.2. O não cumprimento das exigências dispostas no item (9.1) poderá, ficando a decisão a critério da Administração, ocasionar em penalidades ao Licitante declarado vencedor, por descumprimento de comprovação de condições do edital.

9.2. Deverá ser elaborada preferencialmente em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões e/ou entrelinhas e, ainda, devendo ser a(s) folha(s) rubricada(s), datada e assinada pelo representante legal do Licitante ou por procurador legítimo e legalmente constituído.

9.3. Apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, quando for o caso.

9.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, com valor unitário e total para o **GRUPO de itens** ou percentual de desconto com preços expressos em moeda corrente nacional, **com até duas casas decimais após a vírgula**.

9.5. Descrição do objeto, contendo as informações necessárias, indicando no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente e outros

9.6. Constar em seu inteiro teor:

a) razão Social, endereço completo, telefone/fax, e-mail, CNPJ e inscrição estadual ou municipal da empresa detentora da melhor proposta;

b) número do Processo e do Pregão na forma Eletrônica e descrição do objeto com **preço unitário e total de cada elemento/item e valor total do GRUPO que corresponde ao valor total da proposta**;

c) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

d) prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias;

e) qualificação do responsável que assinará o Contrato;

f) condições de pagamento: será conforme constante do Edital e do Contrato;

g) qualificação do(a) responsável pela(s) empresa(s) Licitante(s) vencedora(s), constando nome completo, cargo, CPF, nº da cédula de identidade (RG), órgão e Estado emissor, data de nascimento, endereço residencial completo, e-mail institucional, e-mail pessoal e telefone(s), para fins de exigências relacionadas a AUDESP.

9.7. A proposta final ficará documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.8. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10 - DO RECURSO

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata da sessão pública.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **15 (quinze) minutos**.

10.3.4. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação **ou de lavratura da ata da sessão pública de habilitação ou inabilitação**.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da **interposição do recurso**, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, e em ocasiões específicas que se fizerem necessárias. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") e/ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

12.1.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

12.1.2. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

12.1.3. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

12.1.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

12.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

12.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

12.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados (artigo 71 da Lei nº 14.133, de 2021).

13 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados exclusivamente por forma eletrônica, **em campo próprio na plataforma Bolsa de Licitações e Leilões - BLL**.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame

14 - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o Senhor Prefeito Municipal adjudicará o objeto do certame e homologará o procedimento licitatório.

14.2. Homologado o resultado da licitação, respeitadas a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, será convocado o interessado para assinatura do CONTRATO ou instrumento equivalente. Depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o contrato terá efeito de compromisso nas condições estabelecidas.

14.3. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3.1. Prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.4. Sempre que a convocação não for atendida, é facultado a Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições, ou revogar o item específico, respectivo ou a licitação.

14.5. O contrato será assinado pelas partes eletronicamente por meio de assinatura digital por processo de certificação disponibilizado pela Infraestrutura de Chaves Pública Brasileira – ICP-Brasil ou pela certificação disponibilizada pelo Município de Votuporanga/SP.

14.6. O Contrato é um documento vinculativo, obrigacional, ao assiná-lo o adjudicatário obriga-se a entregar o objeto a ele adjudicado, conforme especificações e condições contidas na licitação.

15 - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

15.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

16 - DAS OBRIGAÇÕES CONTRATANTE E CONTRATADA

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I e Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP.

17 - DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

18 - DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

18.1. O Licitante vencedor do certame deverá dar início a prestação dos serviços para a Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Segurança, no prazo de **30 (trinta) dias** e concluir a execução dos serviços no prazo de **90 (noventa) dias**, após a Assinatura do Contrato, a contar do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Serviço, de acordo com o Edital e seus anexos e sua proposta, inclusive nos termos e condições constantes do Termo de Referência – Anexo I e Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP, e no Contrato.

18.2. Ficará a cargo do vencedor do certame as despesas decorrentes das prestações dos serviços do objeto da licitação.

18.3. Quaisquer serviços extraordinários que forem necessários somente poderão ser executados mediante a concordância do responsável da Prefeitura do Município de Votuporanga/SP da área demandante.

19 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

19.1. A Administração Municipal fiscalizará obrigatoriamente a entrega dos bens e a execução dos serviços contratados, a fim de verificar o seu desenvolvimento e se estão sendo observados as especificações e demais requisitos previstos no Edital e seus anexos, Termo de Referência – Anexo I e Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP, e no Contrato e proposta, por funcionário responsável competente para tanto.

19.2. Havendo rejeição na entrega dos bens ou da prestação dos serviços, no todo ou em parte, a empresa deverá substituí-los, refazê-los e ou adequá-los no prazo estabelecido formalmente pela Administração, observando as condições estabelecidas, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções administrativas estabelecidas pela Lei Federal Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 15.631, de 31 de março de 2023 e suas alterações.

19.3. A Prefeitura se reserva o direito de recorrer a empresa prestadora dos serviços em caso de verificação posterior de irregularidades nos bens ou má prestação dos serviços.

20. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

20.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o certame;

20.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

20.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

20.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;



- 20.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 20.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 20.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 20.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 20.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 20.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 20.1.5. fraudar a licitação
- 20.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 20.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 20.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 20.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 20.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 20.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 20.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 20.2.1. advertência;
 - 20.2.2. multa;
 - 20.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
 - 20.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 20.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 20.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 20.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 20.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 20.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 20.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 20.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 20.4.1. Para as infrações previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado, nos termos do Decreto Municipal nº 15.631/23.
 - 20.4.2. Para as infrações previstas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado, nos termos do Decreto Municipal nº 15.631/23.
- 20.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 20.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 20.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Votuporanga, Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 20.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 20.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 20.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Prefeitura do Município de Votuporanga/SP.
- 20.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



20.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

20.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

20.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

20.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Prefeitura do Município de Votuporanga/SP.

21 - DO PAGAMENTO

21.1. Será em até 10 dias úteis após o prazo para liquidação, conforme consta no Termo de Referência.

21.1.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando a Administração atestar a execução do objeto do contrato.

21.1.2. No caso de atraso pela Prefeitura do Município de Votuporanga/SP, os valores devidos para a empresa serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)** de correção monetária.

21.2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

21.2.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da licitação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

21.2.2. Quando houver glosa parcial do objeto, a Administração deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

21.2.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante/Administração;
- d) o valor a pagar;
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e
- f) dados bancários para pagamento, destacados na nota.

21.2.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a empresa providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Administração;

21.2.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

21.2.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

21.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da empresa, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração.

21.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Prefeitura deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

21.2.9. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a contratada a ampla defesa.

21.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

21.2.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

21.2.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



21.2.12. A empresa regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

21.2.13. Os pagamentos efetuados às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, estarão sujeitos a retenção do IRRF conforme previsto na IN/RFB nº 1.234/12, fixado pela decisão do STF no julgamento do RE 1293453/RS (Tema 1130) e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 15.506 de 23 de fevereiro de 2023.

21.3. ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

21.3.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

21.4. CESSÃO DE CRÉDITO

21.4.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

21.4.1.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação da contratante/Prefeitura.

21.4.2. A cessão de crédito, de qualquer natureza, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

21.4.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

22 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS

22.1. Para atender as despesas decorrentes deste contrato, foram aprovadas no orçamento para o exercício do ano 2024, através da Lei nº 7.045, de 05 de dezembro de 2023, a seguinte dotação orçamentária:

PRINC	CLASSIF INSTITUCIONAL		CATEGORIA ECONÔMICA		FR	C APLIC
1064	02.15.05	06.183.0031.1039	33903099	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	1	450.000
1067	02.15.05	06.183.0031.1039	33903905	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	1	450.000
1697	02.15.05	06.183.0031.1039	33903026	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	1	450.000
1697	02.15.05	06.183.0031.1039	33903099	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	1	450.000
1698	02.15.05	06.183.0031.1039	33903905	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	1	450.000
1699	02.15.05	06.183.0031.1039	44905233	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	1	450.000
1699	02.15.05	06.183.0031.1039	44905235	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1	450.000

22.2. Recursos Financeiros:

FONTE	1	TESOURO
Cod. Aplic.	450.000	TRÂNSITO-FISCALIZAÇÃO

23 - DO REAJUSTE

23.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

23.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

24 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.4. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.



24.5. Qualquer modificação no instrumento convocatório exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

24.6. O resultado da sessão pública deste certame será divulgado em Ata no sistema eletrônico da www.bll.org.br, e no portal da transparência do Município no sítio www.votuporanga.sp.gov.br.

24.7. Integram o presente Edital:

ANEXO I - Termo de Referência

APÊNDICE DO ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar – ETP

ANEXO II - Modelo Referencial de Declaração UNIFICADA

ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

ANEXO IV - Minuta de Nota de Empenho

24.8. Os casos omissos serão dirimidos com base nas disposições da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 15.631, de 31 de março de 2023 e suas alterações, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

24.9. Esta licitação será regida pela Lei Federal nº 14133/2021, Lei complementar nº 123/06, Decreto Municipal nº 15.631/2023 e suas alterações, e demais normas pertinentes à espécie, sendo o(a) Pregoeiro(a) autoridade soberana para resolver todas e quaisquer pendências surgidas na sessão Pública deste Pregão Eletrônico.

24.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

24.12. A Prefeitura do Município de Votuporanga/SP reserva-se no direito de adquirir no todo ou em parte, quando for o caso, respeitados os limites legais ou rejeitar todas as propostas, desde que justificadamente haja conveniência administrativa para o caso, em prol do interesse público, observados os ditames da Lei Federal nº 14133/2021, Decreto Municipal nº 15.631/2023 e demais normas pertinentes à espécie, obrigando-se os fornecedores ao cumprimento integral de suas propostas, nas condições definidas na sessão Pública do Pregão, sem que lhes caiba qualquer direito à reclamação e/ou indenização a favor da proponente e sob pena da aplicação de penalidades previstas na legislação.

24.13. A Prefeitura do Município de Votuporanga/SP reserva-se o direito de revogar ou anular o presente procedimento licitatório, nos ditames da Lei Federal nº Lei nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 15.631, de 31 de março de 2023 e suas alterações, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

24.14. A adjudicação/homologação do objeto do Edital ao(s) Licitante(s) vencedor(es) o(s) obriga(m) ao fornecimento e/ou a prestação de serviços integral do(s) mesmo(s), nas condições oferecidas, não lhe(s) cabendo direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos não previstos em sua(s) proposta(s), quer seja por erro ou omissão.

24.15. O(s) Licitante(s) vencedor(es) é(são) obrigado(s) a manter durante toda a vigência do Contrato ou outro instrumento que o substitua, em compatibilidade com as obrigações por ele(s) assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

24.16. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação e não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Votuporanga do Estado de São Paulo, nos termos da Lei Federal nº Lei nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 15.631, de 31 de março de 2023 e suas alterações.

24.17. Todos os horários constantes deste Edital têm como referência o horário de Brasília/DF.

Para conhecimento público, expede-se o presente Edital, publicado por "AVISO DE LICITAÇÃO", no Diário Oficial do Município, Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP e Jornal de Grande Circulação, divulgado no endereço eletrônico da Prefeitura na Internet e na plataforma eletrônica da www.bll.org.br.

Prefeitura do Município de Votuporanga, em 11 de junho de 2024.

ANDREA ISABEL DA SILVA THOMÉ

Secretária Municipal da Administração

ANDRÉA LARIDONDO ZUCARELI SANTANA

Chefe de Departamento de Compras, Licitações e Contratos



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2024 - PROCESSO Nº 122/2024

1 - DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para **Implantação de Sistema de Câmeras de Videomonitoramento Eletrônico** em diversos pontos do Município, incluindo material, equipamentos e mão de obra, conforme Resolução CONTRAN Nº 875 DE 13/09/2021 artigo 10º inciso VI e XIV, durante o período de 12 (doze) meses, conforme condições e quantidades estabelecidas neste instrumento:

Grupo 01 (único)

GRUPO	ITEM ELEM	CÓDIGO	UND	QUANT	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	VALOR ESTIMADO		
						UNIT R\$	TOTAL ITEM R\$	TOTAL GRUPO R\$
01	01	001.060.533	UND	35	Caixa de montagem 50x40x20cm; caixa de montagem de painel elétrico - hermética; quadro de comando - sobrepor; chapa: estrutura #22 - placa #22 - porta #22; fabricados em aço carbono; tratamento anticorrosivo; pintura eletrostática a pó - caixa na cor bege ral 7032; placa de montagem removível na cor laranja ral 2003, ponto de aterramento na caixa e porta; dobradiças invioláveis com pino 3/16 zincado; perfil auto adesivo em eva para vedação 15x10; fecho lingueta com miolo fenda (plástico); grau de proteção ip-54; sem flange; incluso suporte para fixação em tubo de 4 polegadas.	888,94	31.112,90	R\$ 794.836,24
	02	001.060.534	UND	51	Poste em tubo de aço galvanizado de 4 x 2,00 x 6000, eletrolítico com tampa de plástico.	1.182,20	60.292,20	
	03	044.004.079	UND	67	Câmera tipo Bullet de 5 MP; sensor de imagem 1/2.7" CMOS de varredura progressiva; resolução máxima 2592 x 1944; iluminação mínima color: 0,003 Lux @ (F1.4, AGC ON), P/B: 0 Lux com IR; tempo do obturador 1/3 sa 1/100.000 s; filtro de corte dia e noite IR; ajuste de ângulo Pan: 0° a 360°, inclinação: 0° a 90°, rotação: 0° a 360°; lentes: lente focal fixa tipo de lente, 2,8, 4 e 6 mm opcional; distância focal e FOV 2,8 mm, FOV horizontal 98°, FOV vertical 71°, FOV diagonal 131° 4 mm, FOV horizontal 79°, FOV vertical 58°, FOV diagonal 104° 6 mm, FOV horizontal 51°, FOV vertical 37°, FOV diagonal 66°; montagem da lente M12; tipo de íris fixo; abertura F1.4; DORI 2.8 mm: D: 64 m, O: 25 m, R: 12 m, I: 6 m 4 mm: D: 77 m, O: 30 m, R: 15 m, I: 7 m 6 mm: D: 126 m, O: 50 m, R: 25 m, I: 12 m.	3.124,40	209.334,80	
	04	044.004.080	UND	12	Câmera LPR sensor de imagem 1/1.8" cmos de varredura progressiva; resolução máxima 2688 x 1520; iluminação mínima cor: 0,001 lux @ (f1.2, agc on); tempo do obturador 1/25 sa 1/100.000 s; filtro de corte ir dia e noite; lentes: distância focal e fov 2,8-12 mm: horizontal: 113,5° a 39°, vertical: 58,4° a 22,7°, diagonal: 141,3° a 44,3° 8-32mm: horizontal: 41,9° a 15,1°, vertical: 22,9° a 8,64°, diagonal: 48,8° a 17,3° 10-50mm: horizontal: 32,2° a 7,8°, vertical: 18,1° a 4,4°, diagonal: 37,1° a 8,95°; foco automático; íris tipo dc-iris; abertura 2,8-12 mm: f1,38 8-32 mm: f1,7 10-50 mm: f1,7.	11.129,56	133.554,72	
	05	047.001.316	UND	35	Switch POE de 4 portas em estrutura externa de material metálico, fonte de alimentação de 48 V CC, 0,8 A, com 04 portas POE de 10/100 Mbps e 01 Porta Rj 45 de 10/100 Mbps. Capacidade do Switch de 1 Gb/S taxa máxima de pacote de, 74Mbp e cache interno de 0,768 kbits, EMC FCC (47 CFR Parte 15, Subparte B), CE-EMC (EN 55032: 2015+A11: 2020, EN IEC 61000-3-2: 2019, EN 61000-3-3: 2013+A1: 2019, EN 50130- 4:	775,35	27.137,25	



GRUPO	ITEM ELEM	CÓDIGO	UND	QUANT	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	VALOR ESTIMADO		
						UNIT R\$	TOTAL ITEM R\$	TOTAL GRUPO R\$
					2011+A1: 2014, EN 55035: 2017+A11: 2020),IC (ICES-003: Edição 7:2020),RCM (AS/NZS CISPR 32: 2015), Segurança UL (UL 60950-1), CB (AMD1:2009, AMD2:2013, IEC 62368-1: 2014 (segunda edição), CE-LVD (EN 62368-1: 2014+A11: 2017), transmissão PoE de longo alcance de até 300 m. A distância entre os IPCs e o switch pode atingir no máximo 300 metros. Fonte de alimentação adaptativa de 4/8 núcleos com menos perda de energia. A fonte de alimentação de 8 núcleos reduz a perda de energia nos cabos. Projeto para transmissão de vídeo. A porta VIP garante transmissão de dados importantes quando ocorre congestionamento na rede. Proteção contra surtos de 6KV para melhorar a confiabilidade em ambientes adversos. O dispositivo de proteção contra surtos integrado protege o switch contra raios repentinos em ambientes adversos. Projeto para transmissão de vídeo. A porta VIP garante transmissão de dados importantes quando ocorre congestionamento na rede.			
	06	001.055.438	UND	35	Protetor eletrônico (filtro de linha). Características mínimas – tomada: 6; dupla proteção: fusível contra curto-circuito e sobrecarga e varistor contra surtos de tensão; cabo de 1,5 metro: maior distância para ligar os equipamentos; 100 a 240 Vac bivolt automático - 50/60 Hz; capacidade de absorção de energia em caso de surtos elétricos: 125 joules; corrente máxima de operação: 10 ampères; potência máxima de operação: 1.270 W (127 volts) e 2.200 W (220 volts); material antichamas: evita a propagação de incêndio, aumentando a segurança do ambiente; para uso em ambiente interno.	77,54	2.713,90	
	07	044.004.070	UND	3	Televisor smart 70 polegadas uhd 4k (compatível com o modelo samsung 70au7700); conectividade hdmi: 3, usb: 1 e ethernet rj45: 1; tamanho da tela 70 polegadas; frequência: 50 hz x 60 hz; tipo de tela led; função de compartilhamento de tela; voltagem: 100v/240v - bivolt; resolução: 3.840 x 2.160; visual livre de cabos; tipo de alto-falante: 2 canais - potência (rms): 20w; processador moderno compatível com os aplicativos atuais e a resolução do equipamento; garantia 12 meses.	5.683,49	17.050,47	
	08	006.001.536	SER	1	Contratação de empresa especializada na instalação e programação/configuração de câmeras para monitoramento eletrônico.	313.640,00	313.640,00	
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO						R\$ 794.836,24		

Obs.: Grupo 01 (elementos/itens 01 a 08).

1.2. As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao setor de Licitações pelo fone (17) 3405.9700 – ramais 9843 e 9841.

1.2.1. As questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado poderão ser prestadas por responsável pelo setor solicitante (Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Segurança) pelo fone **(17) 3422-3042**, salientando que a **plataforma BLL disponibiliza campos próprios para os Licitantes interessados obterem esclarecimentos e ou impugnações.**

GESTOR(A) CONTRATUAL: Pablo Alves Rios, inscrito no CPF nº xxxxxxxxxx, Cargo: Chefe de Divisão de Segurança.

FISCAL DO CONTRATO: Ricardo Gonçalves dos Santos, inscrito no CPF nº xxxxxxxxxx, Cargo Chefe do Setor de Fiscalização

2 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Contratação de empresa especializada para instalação e configuração de sistema de câmeras de videomonitoramento, incluindo material, equipamentos e mão de obra, conforme Resolução CONTRAN Nº 875 DE 13/09/2021 artigo 10º inciso VI e XIV.
- 2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.
- 2.3. Os bens e serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 2.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.5. Justificativa De Parcelamento ou Não Da Solução

2.5.1. Considerando a especificidade do serviço a ser contratado, os itens não poderão ser fornecidos de forma parcelada. A empresa vencedora deverá fornecer todos os itens que compõe este projeto, incluindo todo o serviço de instalação e configuração, bem como qualquer material, equipamento, ferramenta, veículo e demais itens necessários a perfeita execução e entrega do serviço aqui contratado.

2.5.2. A licitação é composta por 1 (um) único grupo, uma vez que se trata de solução integrada onde é necessário que todos os equipamentos adquiridos, sejam instalados e devidamente configurados em sistema específico para o perfeito funcionamento da rede e transmissão dos dados. Com a contratação por grupo único, fica sob a responsabilidade da contratada o armazenamento adequado de todos os itens que compõe esta contratação, seguindo as recomendações dos fabricantes dos produtos a serem utilizados para que não haja nenhuma perda de material, sendo que, não haverá nenhuma reposição por parte da Prefeitura. A diluição dos itens seria amplamente prejudicial a execução dos serviços, caso por exemplo fosse necessária a substituição de algum material ou equipamento que apresentasse falha durante a instalação.

2.5.3. Sendo assim, diante do exposto e da especificidade do projeto, concluímos ser inviável o parcelamento do objeto, uma vez que poderia haver prejuízo para o conjunto da solução a ser contratada e a perfeita execução do projeto.

3 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência. Com o crescimento do município nos últimos a administração vem constando a necessidade latente de ampliar e aprimorar as ações de Segurança Pública no Município. Consideramos que um dos pilares para este aprimoramento é a integração, modernização e implantação da inteligência digital, a qual propicia um avanço a promoção de ações de segurança pública na cidade, buscando promover a segurança primária e prevenção à violência, com isso a instalação das câmeras de videomonitoramento possibilitará uma integração das forças de segurança do município no combate à violência e a redução dos índices de criminalidade, proporcionando a população maior sensação de segurança, liberdade e qualidade de vida.

4 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Sustentabilidade:

5.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.1.1.1. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e a saúde dos trabalhadores envolvidos na execução do objeto contratual.

5.1.1.2. Deixar os locais devidamente limpos após a finalização dos serviços, não deixando nenhum resíduo na via ou no solo.

5.1.1.3. Que observe a regulamentação de segurança do trabalho, fornecendo aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

5.1.1.4. Que promova capacitação e treinamento interno de sua mão de obra, ao longo da execução contratual, para segurança do trabalho, preservação do meio ambiente, redução de consumo de energia elétrica e de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

5.1.1.5. Que realize a separação dos resíduos recicláveis descartados decorrentes da execução do contrato e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem;

5.1.1.6. Que respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos;

5.1.1.7. Que preveja a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias caso sejam usadas durante a execução dos serviços;

5.2. Subcontratação

5.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.3. Garantia da contratação

5.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois trata-se de objeto que não justifica a necessidade de garantia de execução.

5.4. Vistoria – FACULTATIVA – observar as informações abaixo:

5.4.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia até **um dia útil anterior a data marcada para abertura da sessão pública do pregão**, acompanhado por servidor da Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Segurança, designado para esse fim, de **segunda à sexta-feira, das 08 (oito) horas às 15 (quinze) horas**.

5.4.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

5.4.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.4.4. A empresa receberá comprovante da realização da vistoria, que será fornecido pela Prefeitura do Município de Votuporanga/SP e obrigatoriamente deverá ser apresentado exclusivamente **até a data e o horário estabelecido para a abertura da sessão pública do pregão eletrônico por meio da plataforma BLL**.

5.4.3.1. O agendamento será realizado por meio do telefone (17) 3422-3042, no horário das 08h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira.

5.4.5. Caso o licitante **opte por não realizar a vistoria**, deverá **prestar declaração formal** assinada pelo representante legal do licitante acerca do **conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que DEVERÁ** ser apresentada exclusivamente por meio do sistema, via plataforma – Bolsa de Licitações e Leilões – BLL **até a data e o horário estabelecido para a abertura da sessão pública do pregão eletrônico**.

5.4.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de execução

6.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.2. **Início da execução do objeto: deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, contados do recebimento da nota de empenho.**

6.1.3. A implantação do sistema de segurança eletrônica, deverá seguir as seguintes regras:

6.1.3.1. A CONTRATADA deverá prestar serviços de instalação, configuração dos equipamentos e sistemas fornecidos nas localidades definidas pela CONTRATANTE, que deverá disponibilizar toda documentação legal necessária para a instalação das câmeras e sistemas de vídeo monitoramento

6.1.3.2. Caberão à CONTRATADA os serviços de instalação e garantia de toda a solução ofertada, suporte online e on-site de todo o sistema. Incluindo os serviços de verificação, identificação, correção e remoção dos eventuais defeitos de funcionamento apresentados nos equipamentos, e ainda quando for necessário, serviço de reinstalação, substituição ou reposição de peças danificadas durante o período de Garantia;

6.1.3.3. Caberá a CONTRATADA a fixação dos tubos de aço no local a ser demarcado pela equipe responsável desta SETRAN, em profundidade média de 1,50 metros, com base de concreto, sendo todos os insumos, materiais, mão de obra e ferramentas a serem utilizados de responsabilidade da contratada;

6.1.3.4. Na instalação será obrigatório o uso de conectores RJ 45 CAT 6 e cabo (blindado), categoria 6 especificações homologadas pela ANATEL 01145040256, sendo todos disponibilizados pela CONTRATADA.

6.1.3.5. Ficará a cargo da CONTRATADA a instalação e configuração dos televisores na sala da Central de Controle e Monitoramento, na sede da SETRAN;

6.1.3.6. Ficará a cargo da CONTRATADA a configuração de todas as câmeras no sistema da contratante, bem como a integração das mesmas aos sistemas dos órgãos de Segurança Pública Estaduais e Federais a exemplo do ("Detecta" da SSP/SP, "Alerta Brasil" da PRF e "Cortex" do Ministério da Justiça).

6.1.3.7. Ficará a cargo da CONTRATADA todas as despesas com os materiais necessários para a instalação e configuração dos equipamentos, tais como computadores, notebooks, ferramentais comuns, especializados ou adaptados, veículos comuns, especializados ou adaptados, escadas, equipamentos de proteção Individual (EPIs), escadas ou bases elevatórias, cones entre outros.



6.1.3.8. Ficará a cargo da CONTRATADA a disponibilidade de veículo(s) preparado e devidamente equipado para as instalações em alturas igual ou menor àquelas onde serão instalados os equipamentos para atender a solução ofertada.

6.1.3.9. A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela execução do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da prestação de serviços causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

6.1.3.10. Fica sob a responsabilidade da CONTRATADA o armazenamento adequado de todos os itens que compõe esta contratação, seguindo as recomendações dos fabricantes dos produtos a serem utilizados para que não haja nenhuma perda de material, sendo que, não haverá nenhuma reposição por parte da Prefeitura;

6.1.3.12. Para manuseio do sistema fica sob a responsabilidade da CONTRATADA oferecer o treinamento de serviços, este treinamento deverá ser oferecido pela empresa ganhadora com duração mínima de 05 horas e máxima de 10 horas aos operadores do sistema, com limite de 10 (dez) participantes.

6.1.3.13. Fica sob a responsabilidade da CONTRATADA a sinalização dos locais de trabalho bem como a limpeza de toda a área após a finalização dos serviços.

6.1.3.14. Para a instalação dos equipamentos nos respectivos pontos, a CONTRATANTE/Prefeitura do Município de Votuporanga/SP disponibilizará energia elétrica 100 ~ 240 VAC em cada ponto de instalação de câmera. Será de responsabilidade do município a liberação de licenças para fixação dos postes em áreas públicas, bem como a disponibilização de pontos de energia e de comunicação (rede de fibras) dos dispositivos externos (Câmeras) com a sala de monitoramento, além disso, é de responsabilidade da CONTRATANTE/Prefeitura do Município de Votuporanga/SP, a disponibilização de link de internet ou Fibra óptica, em cada local, onde as câmeras serão instaladas.

6.2. Local da prestação dos serviços/instalação das câmeras:

PONTO 1 - Avenida Brasil X Avenida José Marão Filho (posto do Vilar)

PONTO 2 - Avenida José Marão Filho (entrada Ville Gramadão)

PONTO 3 - Avenida Nasser Marão (HAVAN) – saída SP 320

PONTO 4 - Avenida José Marão Filho X Rua Anésia Menezes de Lima (saída S.J. Rio Preto)

PONTO 5 - Avenida Nasser Marão (próximo cruzamento com rua Caiuás) – saída SP 320

PONTO 6 - Avenida Deputado Áureo Ferreira X Vicinal Hebert Mequi (rotatória)

PONTO 7 - Avenida Emílio Arroio Hernandez X Rodovia Péricles Beline (saída Cardoso)

PONTO 8 - Rua Carlos Alberto Parisi (6º distrito Industrial)

PONTO 9 - Vicinal Nelson Bolotari (saída Valentim Gentil)

PONTO 10 - Avenida Conde Francisco Matarazzo X Linha Férrea

PONTO 11 – Estr. Mun. Pedro Adriano Assi X Av. Antônio Moretin (saída Sebastianópolis do Sul)

PONTO 12 - Avenida José Marão Filho X Avenida Vale do Sol (rotatória)

PONTO 13 - Avenida das Nações X Avenida Doutor Augusto Aparecido Arroio Marchi

PONTO 14 - Avenida das Nações (Ponte Valdevir Bernadelli)

PONTO 15 - Avenida José Silva Melo X Rua Pará (rotatória)

PONTO 16 - Avenida Francisco Ramalho de Mendonça entre Rua Tocantins e Rua Tietê

PONTO 17 - Avenida Pansani X Avenida João Gonçalves Leite

PONTO 18 - Avenida Nove de Julho X Rua Aristides Galo

PONTO 19 - Rua Santa Catarina X Rua das Américas

PONTO 20 - Rua Amazonas X Rua Paraíba

PONTO 21 - Avenida Onofre de Paula (rotatória saída para SP 461)

PONTO 22 - Avenida Emílio Arroio Hernandez X Avenida Pedro Madri Sanches

PONTO 23 - Avenida Emílio Arroio Hernandez X Avenida Rodrigo Castilho Castrequini Nogueira

PONTO 24 - Avenida Prestes Maia X Avenida da Saudade (rotatória)

PONTO 25 - Avenida Hernani Nabuco (rotatória)

PONTO 26 - Avenida Antônio Frederico X Avenida Nasser Marão

PONTO 27 - Rua Tocantins X Rua Rui Barbosa

PONTO 28 - Avenida Emílio Arroio Hernandez X Avenida Mario Pozzobon

PONTO 29 - Avenida Pansani X Avenida Antônio Morettin (próx. do Condomínio Atenas II)

PONTO 30 - Avenida Deputado Áureo Ferreira X Avenida Sebastião Vaz de Oliveira (rotatória)

PONTO 31 - Avenida Prestes Maia X Rua Fioravante Poiani (rotatória)

PONTO 32 - Avenida José Marão Filho X Avenida Francisco Vilar Horta (rotatória)

PONTO 33 - Avenida Sebastião Vaz de Oliveira (em frente ao novo paço municipal)

PONTO 34 - Avenida Nasser Marão (acesso a SP 320) em frente ao desmanche Talássio

PONTO 35 - Avenida Nasser Marão X Avenida Paulinho das Neves

6.3. Cronograma de realização dos serviços:

6.3.1. O prazo de execução **dos serviços no geral conjuntamente com os bens, será de 90 (dias)**, contados do recebimento da Nota de Empenho, conforme solicitado pelo órgão solicitante.

6.3.2. Caso não seja possível a prestação dos serviços no prazo estabelecido, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7 - Garantia, manutenção e assistência técnica

7.1. O prazo de garantia contratual, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

7.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

7.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

7.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

7.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

7.6. Uma vez notificado, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

7.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pela Contratante.

7.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pela Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

7.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

7.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

7.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

8 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

8.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a

correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

8.7.6. O(A) gestor(a) do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

8.7.7. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.7.8. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

8.8. O(A) gestor(a) do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.8.1. O(A) gestor(a) do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.8.2. O(A) gestor(a) do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.8.3. O(A) gestor(a) do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.8.4. O(A) gestor(a) do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.8.5. O(A) gestor(a) do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8.9. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.10. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.11 - Preposto

8.11.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

9 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. Recebimento do Serviço (art. 140, Lei 14.133/21)

9.1.1. Os Bens e a prestação dos serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

9.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da contratada com a comprovação da entrega dos bens e da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.1.3. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

9.1.4. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

9.1.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá

resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

9.1.6. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.1.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços e entrega dos bens até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.1.8. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

9.1.9. Os serviços e os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.1.11. Os serviços e os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e dos bens e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

9.1.12. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento

9.1.13. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;

9.1.14. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos bens e dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

9.1.15. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.1.16. Enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.1.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.1.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.2. Liquidação

9.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de vigência;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o valor a pagar;
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- f) dados bancários para pagamento, destacados na nota.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

9.2.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº



14.133/2021.

9.3. Prazo de pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

9.4. Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.5 - Antecipação de pagamento

9.5.1 A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

10 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de PROCESSO LICITATÓRIO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

10.2. Participação de Consórcio

10.2.1. Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio conforme disposto no Edital.

11 - EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

11.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos adiante, **prevalecendo, no caso de divergência, os documentos de habilitação exigidos no Edital no ITEM 8 e seus subitens.**

11.1.1. Habilitação Jurídica

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

b) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

c) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

d) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

f) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Obs: Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



11.1.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Municipais inscritos em Dívida Ativa da sede do Licitante. Caso a sede do Licitante seja fora deste Município e mantenha filial(is) em Votuporanga, apresentar também desta (s);
- c) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e quanto a Dívida Ativa da União, **abrangendo inclusive as Contribuições Sociais (INSS)** previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 ou **Certidão Previdenciária**;
- d) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) perante a Justiça do Trabalho (Lei Federal 12.440/2011 e artigo 642-A da CLT);
- f) Certidão Negativa de Débitos relativos a **DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO** e pela **SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**, relativo ao domicílio ou sede do licitante.

11.1.3. Qualificação Econômico-Financeira

- a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

11.1.4. Para fins de qualificação técnica, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- a) Certidão de registro expedida pelo Conselho Regional competente (CREA ou CRT), que comprove a especialização da empresa e quadro atual de responsáveis técnicos da licitante.
- b) Certidão de registro expedida pelo Conselho Regional competente (CREA ou CRT), que comprove a especialização da empresa e quadro atual de responsáveis técnicos da licitante;
- c) Certidão de Pessoa Jurídica e Física expedida ou visada pelo "CREA ou CRT", comprovando o atual quadro de responsáveis técnicos da licitante, Colaborador Técnico responsável da empresa ou Engenheiro deverá ter registro de trabalho a contratada.
- d) Comprovante de medida de proteção aos colaboradores da empresa NR10 e NR35.
- e) Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços referente a solicitação deste Edital.
Obs1: Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
Obs2: O fornecedor deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- f) **Catálogo ou folder** do **FABRICANTE** ou **página da internet**, impressa e legível, do site do FABRICANTE com as especificações dos equipamentos/materiais dos elementos **01 a 07 do GRUPO** deste Termo de Referência.

12 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS

12.1. Para atender as despesas decorrentes deste contrato, foram aprovadas no orçamento para o exercício do ano 2024, através da Lei nº 7.045, de 05 de dezembro de 2023, a seguinte dotação orçamentária:

PRINC	CLASSIF INSTITUCIONAL		CATEGORIA ECONÔMICA		FR	C APLIC
1064	02.15.05	06.183.0031.1039	33903099	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	1	450.000
1067	02.15.05	06.183.0031.1039	33903905	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	1	450.000
1697	02.15.05	06.183.0031.1039	33903026	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	1	450.000
1697	02.15.05	06.183.0031.1039	33903099	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	1	450.000
1698	02.15.05	06.183.0031.1039	33903905	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	1	450.000
1699	02.15.05	06.183.0031.1039	44905233	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	1	450.000
1699	02.15.05	06.183.0031.1039	44905235	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1	450.000



12.2. Recursos Financeiros:

FONTE	1	TESOURO
Cod. Aplic.	450.000	TRÂNSITO-FISCALIZAÇÃO

Prefeitura do Município de Votuporanga, em 11 de junho de 2024.

ANDREA ISABEL DA SILVA THOMÉ
Secretária Municipal da Administração

ANDRÉA LARIDONDO ZUCARELI SANTANA
Chefe de Departamento de Compras, Licitações e Contratos



APÊNDICE DO ANEXO I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2024 - PROCESSO Nº 122/2024

I – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente licitação tem por objeto a implantação de sistema de câmeras de videomonitoramento eletrônico em diversos pontos da cidade, incluindo a implantação do sistema de imagens CFTV, com comunicação por intranet fibra ótica, sistema de câmeras LPR (leitura de placas veiculares) com integração aos órgãos de Segurança Pública Estaduais e ou Federais (“Detecta” da SSP/SP, “Alerta Brasil” da PRF e “Cortex” do Ministério da Justiça) e monitoramento veicular com imagens em tempo real, para integrar a Central de Monitoramento e Controle da Secretaria de Trânsito, Transporte e Segurança tendo em vista a necessidade de aprimoramento nas ações voltadas a segurança pública do Município. A segurança pública, costumeiramente atribuída exclusivamente aos Estados Federativos, carece amplamente de um envolvimento do município na complementação de ações preventivas e, em alguns casos, repressiva. Quando falamos em segurança pública temos que ter em mente que ela deve ser sistêmica, todos devemos estar envolvidos, poder público em todos os níveis e cidadãos, como sendo elos de uma poderosa corrente, não havendo espaço para elos fracos, que podem acarretar a quebra da segurança e da tranquilidade pública.

Este Município de Votuporanga possui uma população estimada em 96.634 habitantes conforme sendo do IBGE/2022, com uma área de unidade territorial de 420,703 km², situada na Região Administrativa de S.J. Rio Preto e às margens das Rodovia Euclides da Cunha (SP-320) e a Rodovia Péricles Bellini (SP-461/ BR 154). Nos últimos anos o município tem tido uma grande expansão tanto territorial como populacional, consequentemente ao crescimento é comum que aumente também na cidade as ocorrências ligadas a criminalidade, desordens sociais, violência, prática de delitos, dentre outras situações que demandam de investimentos em ações para melhoria da segurança pública, diante disso, a necessidade de modernização dos serviços públicos é imperativa para fazer frente às novas demandas impostas pelo crescimento da cidade bem como ao comportamento social.

O Brasil vem enfrentando uma grande crise econômica e social e com o município não é diferente, sendo a segurança pública uma das áreas mais afetadas com esta questão. Nosso município não está livre do consumo e tráfico de drogas, com vários bairros onde a incidência é maior, havendo uma rápida substituição de criminosos quando algum é preso; a cidade é residência de vários criminosos reclusos no sistema prisional, que retornam ao município ao fim do cumprimento da pena ou nas inúmeras saídas temporárias anuais; a cidade também por ser referência na região pelo seu comércio e indústria, torna-se foco de criminosos que se interessam por explorar negativamente o potencial da cidade, dentre outras situações ocorridas diariamente as quais trazem a cidade e a população a percepção de insegurança, influenciadas, em boa parte, por desordens sociais e banalização da violência, inclusive por fatos ocorridos em outras localidades, próximas ou não deste Município. Diante disso, caso o município não invista em ações para ampliação de um plano de segurança pública municipal, os índices de violência e criminalidade só tendem a aumentar, deixando o município e a população vulnerável a ação de criminosos.

Para a solução destes problemas a integração, modernização e implantação da inteligência digital propicia um avanço a promoção de ações de segurança pública na cidade, buscando promover a segurança primária e prevenção à violência. Nesta vertente, está Administração constata a necessidade latente de ampliar e aprimorar as ações de Segurança Pública no Município, pois, é preciso implementar ferramentas para a melhoria de todo o sistema de segurança, de forma que possibilite reduzir os casos de criminalidade, almejando-se o estado de completa inexistência de delitos.

O investimento em ações para melhoria na Segurança Pública, já é uma obrigação dos municípios, O Ministério da Justiça, através do Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP) emitiu, em agosto de 2010, o Parecer 01, que trata sobre “O papel do município na segurança pública”, resumidamente, o parecer trata de alguns importantes assuntos, dentre eles destacamos o item n. conforme segue:

“n. Implementar sistemas de vídeo monitoramento que devem ser considerados como instrumentos importantes desde que adequadamente articulados com um conjunto de outras ações já nominadas neste parecer;”

Conforme citado no parecer acima mencionado, a implantação de sistema de videomonitoramento eletrônico será uma ferramenta fundamental para auxiliar tanto o município como os órgãos de segurança pública e patrimonial, visto que podem ser coletadas informações que auxiliam na rápida atuação da segurança pública, além de possibilitar o controle de acesso e o monitoramento das principais entradas e saídas da cidade, atender as demandas da comunidade em tempo real, ajudando a inibir atividades ilícitas, reduzindo os índices de criminalidade ao otimizar atividades preventivas de policiamento, aumentando a sensação de segurança da população e o índice de confiança, destacando assim o município dentre as demais cidades da região e principalmente cumprindo seu papel de propiciar mais segurança a toda a população.

O monitoramento em tempo real, isto é, quando as imagens são observadas ao vivo por um agente capacitado para operar o sistema e realizar uma análise sob o ponto de vista da segurança pública, é a mais poderosa arma de dissuasão contra o crime e a desordem pública e, quando inserido nos órgãos de segurança pública municipal, previsto no PARECER CONASP 01 (i-), consegue ser utilizado pelas forças policiais e emergenciais (Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros) e pelo poder público municipal (Prefeito, Secretários e Servidores autorizados), como ferramenta de prevenção, análise e resolução de não conformidades, além de ser uma importante fonte de coleta de provas incontestáveis. O sistema de monitoramento por câmeras, também vai ao encontro da ABNT NBR ISO 37.122 que, juntamente com a 37.120, se destina a fornecer um conjunto completo de indicadores para medir o progresso em direção a uma cidade inteligente.

“Cidade inteligente é a cidade que aumenta o ritmo em que proporciona resultados de sustentabilidade social, econômica e ambiental e que responde a desafios como mudanças climáticas, rápido crescimento populacional e instabilidade de ordem política e econômica, melhorando fundamentalmente a forma como engaja a sociedade, aplica métodos de liderança colaborativa, trabalha por meio de disciplinas e sistemas municipais, e usa informações de dados e tecnologias modernas, para fornecer melhores serviços e qualidade de vida para os que nela habitam (residentes, empresas, visitantes), agora e no futuro previsível, sem desvantagens injustas ou degradação do ambiente natural” (ABNT NBR ISO 37.101 e 37.120).’

Nesta NBR ISO 37.122, o indicador Segurança é o 15º pilar, possuindo como item a ser avaliado a porcentagem da área da cidade coberta por câmeras de vigilância digital, bem como a utilização remota pelas autoridades policiais.

A referida NBR ISO também determina que “a densidade das câmeras de vigilância na área de uma cidade seja interpretada junto a outros indicadores de segurança e proteção, assim as cidades podem responder se mais câmeras de vigilância estão trazendo mais benefícios para a segurança”.

Por fim, há que se ressaltar também a importância da segurança da informação, recentemente detalhada na Lei nº 13.709/18, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados (L.G.P.D.), intimamente ligada com as questões de segurança que envolvam tratamentos de dados pessoais.

II – DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Visando atender as necessidades desta secretaria, é necessária a contratação, por meio de licitação, de empresa especializada para implantação de sistema de câmeras de videomonitoramento eletrônico em diversos pontos da cidade. A contratada deverá atuar na área de serviços de segurança eletrônica, atividade de monitoramento de sistema de segurança eletrônico e reparação e manutenção de equipamentos de comunicação.

A contratada deverá apresentar documentos que comprovem qualificação técnica os quais serão explicitados no Termo de Referência e no respectivo Edital. A contratação em questão refere-se à prestação de serviços não continuados, com o fornecimento de equipamentos, mão de obra especializada na implantação e configuração do sistema, de forma a entregar o sistema em perfeito funcionamento.

Os equipamentos e softwares a serem utilizados devem, prioritariamente, ser compatíveis com sistemas de monitoramento operados por Instituições de Segurança Pública, a exemplo dos sistemas detecta existente no Estado de São Paulo e CórteX do Ministério da Justiça. Tal compatibilidade permitirá, dessa forma, a integração do sistema de câmeras do município com os sistemas de bancos de dados das Polícias Militar, Civil e DETRAN, em uma cooperação sem precedentes do município com o estado na segurança pública, conferindo maior eficácia à solução apresentada.

A contratada também deverá apresentar:

- Certidão de registro expedida pelo Conselho Regional competente (CREA ou CRT), que comprove a especialização da empresa; e quadro atual de responsáveis técnicos da licitante;
- Certidão de Pessoa Jurídica e Física expedida ou visada pelo “CREA ou CRT”, comprovando o atual quadro de responsáveis técnicos da licitante, Colaborador Técnico responsável da empresa ou Engenheiro deverá ter registro de trabalho a contratada.
- Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços referente a solicitação deste Edital.
- Declaração do Licitante elaborada preferencialmente em papel timbrado e assinada por seu representante legal, de que cumpre com as normas relativas à saúde e segurança no trabalho dos seus funcionários, especialmente as relativas NR-10 e NR-35.

III – LEVANTAMENTO DE MERCADO

A equipe de planejamento considerou diversas soluções para resolver o problema levantado. A análise levou em conta a eficácia, durabilidade, custos e benefícios de cada alternativa. O levantamento de mercado levou em consideração a eficácia que um sistema de videomonitoramento oferece ao município, o uso da tecnologia permite uma ampla fiscalização em tempo real, suporte na resolução de possíveis crimes, produção de provas mais eficazes, intimidação de infratores e criminosos, além de diversas outras vantagens.

Há de se considerar também que a fiscalização humana realizada no município não consegue atender a todos os pontos necessários diariamente, uma vez que o município não possui Guarda Civil Municipal e possui um baixo efetivo de Polícias Militares considerando o tamanho da cidade.

O sistema de videomonitoramento vem sendo utilizado em diversos municípios e é uma ferramenta crescente a cada dia, não só nos grandes centros, mas também nas cidades menores que estão cada vez mais em busca de proporcionar segurança a seus moradores e não deixar que a criminalidade invada ainda mais os municípios. O uso da tecnologia em favor dos municípios cresce a cada dia principalmente quando falamos em segurança pública, diante disso, está contratação já é baseada no que há de melhor para atender as necessidades do município.

As novas câmeras contaram com tecnologia LPR e serão incorporadas ao sistema já existente, que atualmente já conta com 16 (dezesseis) pontos de fiscalização inteligente devidamente integrados aos sistemas de segurança pública, inclusive ao sistema DETECTA, além das demais câmeras que já fazem o monitoramento comum em alguns pontos da cidade.

Foi levantada a possibilidade de ser realizada uma contratação por meio de locação dos equipamentos, porém, após pesquisa ficou constatado que o custo mensal ao município seria muito elevado. Hoje a prefeitura já conta com empresa contratada para a manutenção das câmeras de monitoramento que existem na cidade e esta mesma empresa deverá fazer as manutenções necessárias nos novos equipamentos, então diante desses levantamentos ficou constatado que a aquisição das câmeras é considerada a melhor alternativa ao município neste momento.

Os equipamentos atualmente oferecidos no mercado possuem grande prazo de vida útil, fácil manutenção e podem ser facilmente administrados pelo município, uma vez que já existe um sistema de mesmos moldes implantados na Central de Controle e Monitoramento da Secretaria de Trânsito, Transporte e Segurança.

IV – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução escolhida para atender as necessidades da Administração consiste na contratação de empresa especializada com empreitada global, equipamentos, materiais e mão de obra, para implantação de sistema de câmeras de videomonitoramento eletrônico em diversos pontos da cidade e para seu perfeito funcionamento está contratação não é uma solução única.

Além desta contratação para o funcionamento da central de controle das câmeras de monitoramento, será necessário também a contratação de serviço de internet para todos os pontos e também de software para controle, gerenciamento e armazenamento das imagens.

V – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

O projeto deste município, para implantação do Plano Municipal de Segurança com Videomonitoramento tem como objetivo implantar no total 179 (cento e setenta e nove) câmeras de monitoramento em 68 (sessenta e oito) pontos da cidade. Com esta contratação serão instaladas inicialmente 79 (setenta e nove) câmeras de monitoramento contemplando 35 (trinta e cinco) pontos da cidade, pontos estes escolhidos estrategicamente para que sejam alcançados os objetivos da administração.

Esta quantidade de pontos a serem instalados visa atender inicialmente os principais pontos da cidade, sendo estas importantes vias de entrada e saída do município por onde circulam diariamente milhares de veículos que entram e saem da nossa cidade, além de pontos como interligação de avenidas onde são concentrados grandes fluxos de veículos, os quais são distribuídos para bairros diversos da cidade. A escolha destes pontos possibilitará uma ampla fiscalização compreendendo as principais áreas do município.

A quantidade total de cada item a ser adquirido foi baseado na necessidade de cada ponto determinado, conforme descrito abaixo:

LISTA DE MATERIAIS PARA CADA PONTO DE MONITORAMENTO

PONTO 1 - Avenida Brasil X Avenida José Marão Filho (posto do Vilar)

- 01 (um) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- 01 UN Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 04 UN CAM. DS-2CD3056G2-IS 5 MP IR Bullet

PONTO 2 - Avenida José Marão Filho (entrada Ville Gramadão)

- 02 (dois) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- 01 UN Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 01 UN CAM. DS-2CD3056G2-IS 5 MP IR Bullet
- 01 UN CAM IP IDS-TCM403-BI LPR



PONTO 3 - Avenida Nasser Marão (HAVAN) – saída SP 320

- 01 (um) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- 01 UN Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 01 UN CAM. DS-2CD3056G2-IS 5 MP IR Bullet
- 01 UN CAM IP IDS-TCM403-BI LPR

PONTO 4 - Avenida José Marão Filho X Rua Anésia Menezes de Lima (saída S.J. Rio Preto)

- 01 (um) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem
- m 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- 01 UN Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 01 UN CAM. DS-2CD3056G2-IS 5 MP IR Bullet

PONTO 5 - Avenida Nasser Marão (próximo cruzamento com rua Caiuás) – saída SP 320

- 01 (um) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- 01 UN Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 01 UN CAM IP IDS-TCM403-BI LPR

PONTO 6 - Avenida Deputado Áureo Ferreira X Vicinal Hebert Mequi (rotatória)

- 02 (dois) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- 01 UN Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 02 UN CAM. DS-2CD3056G2-IS 5 MP IR Bullet
- 01 UN CAM IP IDS-TCM403-BI LPR

PONTO 7 - Avenida Emílio Arroio Hernandes X Rodovia Péricles Beline (saída Cardoso)

- 01 (um) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- 01 UN Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 01 UN CAM IP IDS-TCM403-BI LPR

PONTO 8 - RUA Carlos Alberto Parisi (6º distrito Industrial)

- 01 (um) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- 01 UN Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 02 UN CAM. DS-2CD3056G2-IS 5 MP IR Bullet

PONTO 9 - Vicinal Nelson Bolotari (saída Valentim Gentil)

- 01 (um) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- 01 UN Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 01 UN CAM. DS-2CD3056G2-IS 5 MP IR Bullet
- 01 UN CAM IP IDS-TCM403-BI LPR

PONTO 10 - Avenida Conde Francisco Matarazzo X Linha Férrea

- 02 (dois) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 02 UN CAM. DS-2CD3056G2-IS 5 MP IR Bullet



PONTO 11 - Estrada Municipal Pedro Adriano Assi X Avenida Antônio Moretin (saída Sebastianópolis do Sul)

- 02 (dois) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 02 UN CAM. DS-2CD3056G2-IS 5 MP IR Bullet
- 01 UN CAM IP IDS-TCM403-BI LPR

PONTO 12 - Avenida José Marão Filho X Avenida Vale do Sol (rotatória)

- 02 (dois) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 02 UN CAM. DS-2CD3056G2-IS 5 MP IR Bullet
- 01 UN CAM IP IDS-TCM403-BI LPR

PONTO 13 - Avenida das Nações X Avenida Doutor Augusto Aparecido Arroio Marchi

- 02 (dois) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 04 UN CAM. DS-2CD3056G2-IS 5 MP IR Bullet

PONTO 14 - Avenida das Nações (Ponte Valdevir Bernadelli)

- 02 (dois) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 02 UN CAM. DS-2CD3056G2-IS 5 MP IR Bullet

PONTO 15 - Avenida José Silva Melo X Rua Pará (rotatória)

- 01 (um) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 02 UN CAM. DS-2CD3056G2-IS 5 MP IR Bullet

PONTO 16 - Avenida Francisco Ramalho de Mendonça entre Rua Tocantins e Rua Tietê

- 01 (um) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 01 UN CAM. DS-2CD3056G2-IS 5 MP IR Bullet

PONTO 17 - Avenida Pansani X Avenida João Gonçalves Leite

- 04 (quatro) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 04 UN CAM. DS-2CD3056G2-IS 5 MP IR Bullet

PONTO 18 - Avenida Nove de Julho X Rua Aristides Galo

- 01 (um) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 02 UN CAM. DS-2CD3056G2-IS 5 MP IR Bullet



PONTO 19 - Rua Santa Catarina X Rua das Américas

- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 02 UN CAM. DS-2CD3056G2-IS 5 MP IR Bullet

PONTO 20 - Rua Amazonas X Rua Paraíba

- 02 (dois) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 02 UN CAM. DS-2CD3056G2-IS 5 MP IR Bullet

PONTO 21 - Avenida Onofre de Paula (rotatória saída para SP 461)

- 02 (dois) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 02 UN CAM. DS-2CD3056G2-IS 5 MP IR Bullet
- 01 UN CAM IP IDS-TCM403-BI LPR

PONTO 22 - Avenida Emílio Arroio Hernandez X Avenida Pedro Madri Sanches

- 01 (um) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 02 UN CAM. DS-2CD3056G2-IS 5 MP IR Bullet

PONTO 23 - Avenida Emílio Arroio Hernandez X Avenida Rodrigo Castilho Castrequini Nogueira

- 01 (um) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 02 UN CAM. DS-2CD3056G2-IS 5 MP IR Bullet

PONTO 24 - Avenida Prestes Maia X Avenida da Saudade (rotatória)

- 02 (dois) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 03 UN CAM. DS-2CD3056G2-IS 5 MP IR Bullet

PONTO 25 - Avenida Hernani Nabuco (rotatória)

- 01 (um) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 01 UN CAM IP IDS-TCM403-BI LPR

PONTO 26 - Avenida Antônio Frederico X Avenida Nasser Marão

- 01 (um) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 02 UN CAM. DS-2CD3056G2-IS 5 MP IR Bullet

PONTO 27 - Rua Tocantins X Rua Rui Barbosa

- 01 (um) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 01 UN CAM. DS-2CD3056G2-IS 5 MP IR Bullet



PONTO 28 - Avenida Emílio Arroio Hernandez X Avenida Mario Pozzobon

- 02 (dois) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 04 UN CAM. DS-2CD3056G2-IS 5 MP IR Bullet

PONTO 29 - Avenida Pansani X Avenida Antonio Morettin (próx. do Condomínio Atenas II)

- 01 (um) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 02 UN CAM. DS-2CD3056G2-IS 5 MP IR Bullet

PONTO 30 - Avenida Deputado Áureo Ferreira X Avenida Sebastião Vaz de Oliveira (rotatória)

- 01 (um) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 04 UN CAM. DS-2CD3056G2-IS 5 MP IR Bullet

PONTO 31 - Avenida Prestes Maia X Rua Fioravante Poiani (rotatória)

- 01 (um) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 04 UN CAM. DS-2CD3056G2-IS 5 MP IR Bullet

PONTO 32 - Avenida José Marão Filho X Avenida Francisco Vilar Horta (rotatória)

- 01 (um) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 02 UN CAM. DS-2CD3056G2-IS 5 MP IR Bullet

PONTO 33 - Avenida Sebastião Vaz de Oliveira (em frente ao novo paço municipal)

- 01 (um) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 02 UN CAM. DS-2CD3056G2-IS 5 MP IR Bullet

PONTO 34 - Avenida Nasser Marão (acesso a SP 320) em frente ao desmanche Talássio

- 01 (um) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 01 UN CAM IP IDS-TCM403-BI LPR

PONTO 35 - Avenida Nasser Marão X Avenida Paulinho das Neves

- 01 (um) tubo de aço galvanizado
- 01 UN Switch DS-3E0105P
- 01 UN Caixa de Montagem 50x40x20 com acessórios para fixação em tubo de 4 polegadas.
- Protetor Eletrônico com 6 Tomadas EPE 1006
- 01 UN CAM IP IDS-TCM403-BI LPR

VI- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor total da contratação médio é de R\$ 817.457,00 (oitocentos e dezessete mil quatrocentos e cinquenta e sete reais), este valor já compreende materiais, equipamentos e mão de obra, deixando a empresa vencedora o sistema em perfeito funcionamento. O valor estimado foi considerado através da média de preços de 3 (três) orçamentos recebidos, conforme demonstrado na tabela abaixo e juntados ao processo.

Item	Qtdd.	Descrição	Empresa Global X Valor Unitário	Empresa Rematel Valor Unitário	Empresa Force Valor Unitário
1	35	Caixa de montagem 50x40x20cm.	R\$ 1.050,00	R\$ 1.082,00	R\$ 790,00
2	51	Poste em tubo de aço galvanizado de 4 x 2,00 x 6000.	R\$ 908,00	R\$ 937,00	R\$ 790,00
3	67	Câmera tipo Bullet de 5 MP.	R\$ 3.780,00	R\$ 3.840,00	R\$ 3.800,00
4	12	Câmera LPR.	R\$ 13.545,00	R\$ 13.941,00	R\$ 12.900,00
5	35	Switch POE de 4 portas.	R\$ 765,00	R\$ 777,00	R\$ 750,00
6	35	Protetor eletrônico (filtro de linha).	R\$ 92,00	R\$ 99,00	R\$ 95,00
7	3	Televisor smart 70 polegadas.	R\$ 5.950,00	R\$ 6.130,00	R\$ 6.300,00
8	1	Contratação de empresa especializada na instalação e programação/configuração de câmeras para monitoramento eletrônico.	R\$ 279.560,00	R\$ 281.000,00	R\$ 260.000,00
Orçamento Total			R\$ 826.263,00	R\$ 840.293,00	R\$ 785.815,00
Orçamento Médio			R\$ 817.457,00		

VII – JUSTIFICATIVA DE PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Considerando a especificidade do serviço a ser contratado, os itens não poderão ser fornecidos de forma parcelada. A empresa vencedora deverá fornecer todos os itens que compõe este projeto, incluindo todo o serviço de instalação e configuração, bem como qualquer material, equipamento, ferramenta, veículo e demais itens necessários a perfeita execução e entrega do serviço aqui contratado.

A licitação deverá ser composta por 1 (um) único grupo, uma vez que se trata de solução integrada onde é necessário que todos os equipamentos adquiridos, sejam instalados e devidamente configurados em sistema específico para o perfeito funcionamento da rede e transmissão dos dados. Com a contratação por grupo único, fica sob a responsabilidade da contratada o armazenamento adequado de todos os itens que compõe esta contratação, seguindo as recomendações dos fabricantes dos produtos a serem utilizados para que não haja nenhuma perda de material, sendo que, não haverá nenhuma reposição por parte da Prefeitura. A diluição dos itens seria amplamente prejudicial a execução dos serviços, caso por exemplo fosse necessária a substituição de algum material ou equipamento que apresentasse falha durante a instalação.

Sendo assim, diante do exposto e da especificidade do projeto, concluímos ser inviável o parcelamento do objeto, uma vez que poderia haver prejuízo para o conjunto da solução a ser contratada e a perfeita execução do projeto.

VIII – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/E OU INTERDEPENDENTES

Juntamente a presente contratação faz-se necessário contratações interdependentes para se alcançar o objetivo pretendido. Além da implantação das câmeras de monitoramento faz-se necessária a contratação de serviço de internet para todos os 35 (trinta e cinco) e também a contratação de software para controle, gerenciamento e armazenamento das imagens.

IX – DEMONSTRATIVO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A implantação de câmeras de videomonitoramento eletrônico está prevista no PAC – Plano Anual de Contratações, uma vez que a ampliação do sistema de monitoramento eletrônico do Município está alinhada com os objetivos estratégicos e as prioridades estabelecidas no plano de governo, Plano Plurianual (PPA) e Plano de Anual de Contratações.

X – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a implantação do sistema de videomonitoramento nas Áreas de Interesse da Segurança Pública (AISP) de Votuporanga/SP, que são as principais entradas e saídas do município, em especial aquelas que dão acesso às rodovias que a circundam (SP 320 e SP 461) e as interligações de avenidas as quais distribuem o fluxo de veículos para os diversos bairros da cidade, o município conseguiu cobrir uma grande e importante área com a fiscalização eletrônica.

O circuito de câmeras de monitoramento possibilitará uma integração das forças de segurança do município no combate à violência e a redução dos índices de criminalidade. Uma cidade que conta com investimentos em tecnologia proporciona ferramentas eficazes para um trabalho de manutenção da ordem pública, de forma a assegurar a população de estar livre do perigo, de danos e riscos eventuais à vida e ao patrimônio. Esta ação não tem como objetivo somente medidas repressivas e de vigilância, mas também formar um sistema integrado e otimizado envolvendo instrumento de coação, justiça e defesa dos direitos. Este investimento na segurança pública, possibilita que o município ofereça a sociedade sensação de segurança, a proteção dos direitos individuais e assegure pleno exercício da cidadania.

Com esta contratação, será possível coibir grande parte das ações de criminosos, pois ao se noticiar uma cidade com investimentos e tecnologia em segurança pública, automaticamente o município consegue afastar os criminosos da cidade, uma vez que estes passam a procurar locais mais fáceis para agir de forma a não serem identificados, contemplando assim nossa cidade com mais segurança e propiciando melhor qualidade de vida a toda nossa população.

XI – PROVIDÊNCIA PRÉVIAS A SEREM ADOTADAS

Para a instalação dos equipamentos nos respectivos pontos, o município deverá disponibilizar energia elétrica 100 ~ 240 VAC em cada ponto de instalação de câmera. Será de responsabilidade do município a liberação de licenças para fixação dos postes em áreas públicas, bem como a disponibilização de pontos de energia e de comunicação (rede de fibras) dos dispositivos externos (Câmeras) com a sala de monitoramento, além disso, é de responsabilidade da CONTRATANTE, a disponibilização de link de internet ou Fibra óptica, em cada local, onde as câmeras serão instaladas.

Para manuseio do sistema será necessário o treinamento de serviços, este treinamento deverá ser oferecido pela empresa ganhadora com duração mínima de 05 horas e máxima de 10 horas aos operadores do sistema, com limite de 10 (dez) participantes.

Na sede da SETRAN não há a necessidade de providências prévias a serem adotadas, a SETRAN já possui ambiente próprio (Central de controle e monitoramento) onde deverão ser instaladas as TVs que receberam as imagens, a sala já está devidamente adequada para atender as necessidades da contratação.

XII – DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Este estudo técnico preliminar revela que a contratação em questão, não apresentará impactos ambientais significativos, uma vez que não contará com grandes intervenções no ambiente. Os equipamentos a serem instalados são todos de longa vida útil, não havendo descarte de nenhum material na implantação e os serviços também não contarão com o consumo significativo de recursos naturais como água e energia elétrica para a sua execução. Portanto, consideramos que a contratação em questão pode trazer impactos ambientais de maneira muito sucintas, como:

Produção de resíduos: Os equipamentos a serem utilizados comumente vem embalados em caixas de papelão ou embalagens plásticas, que após a finalização dos serviços tornam-se resíduos para descartes.

Portanto, é importante que a contratante considere esta questão e implementem medidas para minimizá-los, dando devido destino final os materiais recicláveis.

XIII - GERENCIAMENTO DE RISCOS ANÁLISE DOS RISCOS QUE POSSAM COMPROMETER O SUCESSO DA LICITAÇÃO E A BOA EXECUÇÃO CONTRATUAL**Riscos do Processo de Contratação e Seleção do fornecedor**

Risco 01	Risco:	Planejamento insuficiente	
	Probabilidade:	Pouco provável	
	Impacto:	Alto	
	Danos:	Impossibilidade ou atraso na contratação; Não atendimento ao princípio da motivação dos atos administrativos; Execução do objeto em desconformidade com as necessidades da secretaria.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Justificar a necessidade dos requisitos técnicos exigidos, alinhando-se às necessidades da contratação as exigências de elaboração do processo licitatório.	SETRAN Equipe de planejamento
	2	Elaborar termo de referência com as especificações bem detalhadas e consistentes, previamente ao envio para elaboração da pesquisa de preços.	SETRAN Equipe de planejamento



	3	Avaliar se os requisitos exigidos são estritamente necessários e justificáveis para o atendimento das expectativas da contratação.	SETRAN Equipe de planejamento
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Supressão dos critérios restritivos e elaboração de novo planejamento para a contratação.	SETRAN SEADM
	2	Aperfeiçoar a elaboração dos documentos de planejamento da contratação, exigindo apenas os requisitos estritamente necessários e justificáveis ao atendimento da contratação.	SETRAN SETRAN
Risco 02	Risco:	Valores estimados ou preços de referência fora da realidade de mercado	
	Probabilidade:	Pouco provável	
	Impacto:	Médio	
	Danos:	Valor referência da contratação muito acima ou abaixo dos valores reais de mercado, tornando o processo desinteressante ou para a administração ou para os fornecedores	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Elaborar pesquisa de preços com orçamentos confiáveis que representem a realidade mercadológica, obtidos através de empresas ilibadas do ramo.	SETRAN Equipe de planejamento
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Estando os valores ofertados dentro da realidade de mercado, proceder com a continuidade do processo licitatório.	SETRAN SEADM

Riscos na Prestação do Serviços

Risco 03	Risco:	Atraso no início da execução contratual e entrega do objeto	
	Probabilidade:	Provável	
	Impacto:	Alto	
	Dano 1:	Atraso no início do fornecimento do objeto e atraso na finalização do projeto	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Emitir a ordem de serviço com os prazos detalhados, manter contato com a empresa e acompanhar fielmente os prazos para recebimento dos materiais e execução dos serviços definidos no contrato;	SETRAN FISCAL DO CONTRATO
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Aplicas as sanções administrativas prevista no edital/contrato	FISCAL DO CONTRATO GESTOR DO CONTRATO

Risco 04	Risco:	Bens que não atendam as especificações exigidas no edital, incompatíveis com as especificações determinadas ou de baixa qualidade	
	Probabilidade:	Pouco Provável	
	Impacto:	Muito Alto	
	Dano 1:	A solução não atender as necessidades da unidade administrativa	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Definir claramente as especificações dos produtos do termo de referência	SETRAN EQUIPE DE PLANEJAMENTO
	2	Ter pessoa qualificada e com os devidos conhecimentos para conferência e recebimento dos materiais e acompanhamento dos serviços	FISCAL DO CONTRATO GESTOR DO CONTRATO
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Garantir que os materiais entregues estejam de acordo com as exigências, realizar diligência e inspeção técnica	FISCAL DO CONTRATO GESTOR DO CONTRATO



Avaliação dos riscos					
Probabilidade/Impacto	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
Raro					
Pouco Provável			Risco 2	Risco 1	Risco 4
Provável				Risco 3	
Muito Provável					

Conforme a avaliação dos riscos apresentada, percebe-se que os riscos da contratação podem ser devidamente mitigados por meio de ações de planejamento e acompanhamento adequadas pela equipe técnica responsável pela contratação, portanto, diante disso, não se faz necessário a incorporação de Matriz de risco no referido contrato.

XIV – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Sendo assim, diante de todo o exposto, consideramos que a contratação é totalmente viável para atender a necessidades do Município.

Votuporanga, 16 de maio de 2024

Ricardo Gonçalves dos Santos
Chefe de Divisão de Transporte

Pablo Alves Rios
Chefe de Divisão de Segurança

Nilson Macena Ferreira
Secretário Municipal



ANEXO II
DECLARAÇÃO UNIFICADA (MODELO)

Ao MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA – SP

Referência: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2024 - PROCESSO Nº 122/2024

A Empresa, devidamente inscrita no CNPJ nº com endereço na Rua/Av....., nº, CEP:..... na cidade de Estado, por intermédio de seu representante/procurador legal, o(a) Sr(a), inscrito(a) no CPF nº e RG nº, **DECLARA** expressamente:

- a)** que não utiliza de mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- b)** que não está declarado inidônea por qualquer órgão da Administração Pública ou impedida de licitar e contratar com esta Administração Municipal;
- c)** que não possui em seu quadro societário e funcional, servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- d)** que atende plenamente a todos os requisitos de habilitação definidos no Edital (art. 63 da Lei Federal nº 14.133/21);
- e)** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63 da Lei Federal nº 14.133/21);
- f)** que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei Federal nº 14.133/21);
- g)** que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- h)** que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

Declaração Complementar:

- i)** que **cumpr**e com as normas relativas à saúde e segurança no trabalho dos seus funcionários, especialmente as relativas **NR-10 e NR-35**.

Declaração Complementar de VISTORIA:

- j)** de que tem **conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação**.

➤ **No caso de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), DECLARAR ainda:**

- a) Se NÃO OPTANTE pelo SIMPLES Nacional:** de que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, sob as penas do artigo 299 do Código Penal (assinada por seu representante legal e **TAMBÉM POR CONTADOR HABILITADO**).
- b)** não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006.
- c)** que no ano - calendário de realização da licitação, ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

Local e Data.

(Assinatura, RG e CPF do Declarante)

Representante Legal e/ou Procurador e Contador (conforme o caso)

Obs1: Nos casos em que o Licitante não se enquadre como **Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) RETIRAR da DECLARAÇÃO UNIFICADA as declarações relativas a esta condição.**

Obs2.: A declaração unificada deverá ser preenchida, preferencialmente em papel timbrado da empresa proponente, datada e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).



ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA E A EMPRESA -----

CONTRATO nº XXX/2024

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA**, pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na rua Pará nº 3227, nesta cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 46.599.809/0001-82, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **JORGE AUGUSTO SEBA**, portador do RG nº XXXXXXXXXX SSP/SP e do CPF nº XXXXXXXX, brasileiro, casado, Arquiteto e Urbanista, com residência e domicílio na XXXXXXXXXX, nº XXXX, XXXXX, nesta cidade de XXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº sediado(a) na, em, neste ato representada por (nome e função do representante), doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **Implantação de Sistema de Câmeras de Videomonitoramento Eletrônico** em diversos pontos do Município, incluindo material, equipamentos e mão de obra, conforme Resolução CONTRAN Nº 875 DE 13/09/2021 artigo 10º inciso VI e XIV, durante o período de 12 (doze) meses, de acordo com as especificações abaixo, e conforme Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2024 - PROCESSO Nº 122/2024** e seus anexos, **inclusive Termo de Referência - Anexo I e Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP**, Proposta apresentada pela **CONTRATADA**, e eventuais anexos dos documentos supracitados, que para todos os efeitos de direito, passam a fazer parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição.

GRUPO 01 (ÚNICO)

GRUPO	ITEM ELEM	CÓDIGO	UND	QUANT	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	UNIT R\$	TOTAL R\$	TOTAL GRUPO R\$
01	01	001.060.533	UND	35	Caixa de montagem 50x40x20cm; caixa de montagem de painel elétrico - hermética; quadro de comando - sobrepôr; chapa: estrutura #22 - placa #22 - porta #22; fabricados em aço carbono; tratamento anticorrosivo; pintura eletrostática a pó - caixa na cor bege ral 7032; placa de montagem removível na cor laranja ral 2003, ponto de aterramento na caixa e porta; dobradiças invioláveis com pino 3/16 zincado; perfil auto adesivo em eva para vedação 15x10; fecho lingueta com miolo fenda (plástico); grau de proteção ip-54; sem flange; incluso suporte para fixação em tubo de 4 polegadas.			
	02	001.060.534	UND	51	Poste em tubo de aço galvanizado de 4 x 2,00 x 6000, eletrolítico com tampa de plástico.			
	03	044.004.079	UND	67	Câmera tipo Bullet de 5 MP; sensor de imagem 1/2.7" CMOS de varredura progressiva; resolução máxima 2592 x 1944; iluminação mínima color: 0,003 Lux @ (F1.4, AGC ON), P/B: 0 Lux com IR; tempo do obturador 1/3 sa 1/100.000 s; filtro de corte dia e noite IR; ajuste de ângulo Pan: 0° a 360°, inclinação: 0° a 90°, rotação: 0° a 360°; lentes: lente focal fixa tipo de lente, 2,8, 4 e 6 mm opcional; distância focal e FOV 2,8 mm, FOV horizontal 98°, FOV vertical 71°, FOV diagonal 131° 4 mm, FOV horizontal 79°, FOV vertical 58°, FOV diagonal 104° 6 mm, FOV horizontal 51°, FOV vertical 37°, FOV diagonal 66°; montagem da lente M12; tipo de íris fixo; abertura F1.4; DORI 2.8 mm: D: 64 m, O: 25 m, R: 12 m, I: 6 m 4 mm: D: 77 m, O: 30 m, R: 15 m, I: 7 m 6 mm: D: 126 m, O: 50 m, R: 25 m, I: 12 m.			



GRUPO	ITEM ELEM	CÓDIGO	UND	QUANT	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	UNIT R\$	TOTAL R\$	TOTAL GRUPO R\$
	04	044.004.080	UND	12	Câmera LPR sensor de imagem 1/1.8" cmos de varredura progressiva; resolução máxima 2688 x 1520; iluminação mínima cor: 0,001 lux @ (f1.2, agc on); tempo do obturador 1/25 sa 1/100.000 s; filtro de corte ir dia e noite; lentes: distância focal e fov 2,8-12 mm: horizontal: 113,5° a 39°, vertical: 58,4° a 22,7°, diagonal: 141,3° a 44,3° 8-32mm: horizontal: 41,9° a 15,1°, vertical: 22,9° a 8,64°, diagonal: 48,8° a 17,3° 10-50mm: horizontal: 32,2° a 7,8°, vertical: 18,1° a 4,4°, diagonal: 37,1° a 8,95°; foco automático; íris tipo dc-iris; abertura 2,8-12 mm: f1,38 8-32 mm: f1,7 10-50 mm: f1,7.			
	5	047.001.316	UND	35	Switch POE de 4 portas em estrutura externa de material metálico, fonte de alimentação de 48 V CC, 0,8 A, com 04 portas POE de 10/100 Mbps e 01 Porta Rj 45 de 10/100 Mbps. Capacidade do Switch de 1 Gb/S taxa máxima de pacote de, 74Mbp e cache interno de 0,768 kbits, EMC FCC (47 CFR Parte 15, Subparte B), CE-EMC (EN 55032: 2015+A11: 2020, EN IEC 61000-3-2: 2019, EN 61000-3-3: 2013+A1: 2019, EN 50130- 4: 2011+A1: 2014, EN 55035: 2017+A11: 2020), IC (ICES-003: Edição 7:2020), RCM (AS/NZS CISPR 32: 2015), Segurança UL (UL 60950-1), CB (AMD1:2009, AMD2:2013, IEC 62368-1: 2014 (segunda edição), CE-LVD (EN 62368-1: 2014+A11: 2017), transmissão PoE de longo alcance de até 300 m. A distância entre os IPCs e o switch pode atingir no máximo 300 metros. Fonte de alimentação adaptativa de 4/8 núcleos com menos perda de energia. A fonte de alimentação de 8 núcleos reduz a perda de energia nos cabos. Projeto para transmissão de vídeo. A porta VIP garante transmissão de dados importantes quando ocorre congestionamento na rede. Proteção contra surtos de 6KV para melhorar a confiabilidade em ambientes adversos. O dispositivo de proteção contra surtos integrado protege o switch contra raios repentinos em ambientes adversos. Projeto para transmissão de vídeo. A porta VIP garante transmissão de dados importantes quando ocorre congestionamento na rede.			
	6	001.055.438	UND	35	Protetor eletrônico (filtro de linha). Características mínimas – tomada: 6; dupla proteção: fusível contra curto-circuito e sobrecarga e varistor contra surtos de tensão; cabo de 1,5 metro: maior distância para ligar os equipamentos; 100 a 240 Vac bivolt automático - 50/60 Hz; capacidade de absorção de energia em caso de surtos elétricos: 125 joules; corrente máxima de operação: 10 ampères; potência máxima de operação: 1.270 W (127 volts) e 2.200 W (220 volts); material antichamas: evita a propagação de incêndio, aumentando a segurança do ambiente; para uso em ambiente interno.			
	7	044.004.070	UND	3	Televisor smart 70 polegadas uhd 4k (compatível com o modelo samsung 70au7700); conectividade hdmi: 3, usb: 1 e ethernet rj45: 1; tamanho da tela 70 polegadas; frequência: 50 hz x 60 hz; tipo de tela led; função de compartilhamento de tela; voltagem: 100v/240v - bivolt; resolução: 3.840 x 2.160;			



GRUPO	ITEM ELEM	CÓDIGO	UND	QUANT	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	UNIT R\$	TOTAL R\$	TOTAL GRUPO R\$
					visual livre de cabos; tipo de alto-falante: 2 canais - potência (rms): 20w; processador moderno compatível com os aplicativos atuais e a resolução do equipamento; garantia 12 meses.			
	8	006.001.536	SER	1	Contratação de empresa especializada na instalação e programação/configuração de câmeras para monitoramento eletrônico.			

Obs.: Grupo 01 (elementos/itens 01 a 08).

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo do objeto licitado constam no Termo de Referência – Anexo I e Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP do Edital do certame.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor TOTAL da contratação é de R\$ (.....) que será realizada em parcela única.

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. Será em até 10 dias úteis após o prazo para liquidação, conforme consta no Termo de Referência.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos para a CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)** de correção monetária.

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, a CONTRATANTE deverá comunicar a CONTRATADA para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e da CONTRATANTE;
- o valor a pagar;
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e
- dados bancários para pagamento, destacados na nota.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

5.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a CONTRATANTE deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

5.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.9. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA a ampla defesa.

5.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.4.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.12. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.4.13. Os pagamentos efetuados às pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, estarão sujeitos a retenção do IRRF conforme previsto na IN/RFB nº 1.234/12, fixado pela decisão do STF no julgamento do RE 1293453/RS (Tema 1130) **e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 15.506 de 23 de fevereiro de 2023.**

5.5. ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

5.5.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento

5.6. CESSÃO DE CRÉDITO

5.6.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

5.6.1.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação da CONTRATANTE.

5.6.2. A cessão de crédito, de qualquer natureza, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

5.6.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (CONTRATADA) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração/Contratante, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da CONTRATANTE:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I e Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP;

7.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas nos bens fornecidos e na prestação dos serviços, para que seja por ela substituído, reparado, corrigido ou refeito, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

7.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto e da prestação dos serviços, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato;

7.1.6. Aplicar à CONTRATADA, sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato;

7.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.2. A Administração/CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA deverá dar início a prestação dos serviços para a Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Segurança, no prazo de **30 (trinta) dias** e concluir a execução dos serviços conjuntamente com os bens no prazo de **90 (noventa) dias**, após a Assinatura deste Contrato, a contar do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Serviço, de acordo com o Edital e seus anexos e sua proposta, inclusive nos termos e condições constantes do Termo de Referência – Anexo I e Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP, e neste Contrato.

8.2. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.2.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;

8.2.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.2.3. comunicar a CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.2.4. manter preposto aceito pela Administração/CONTRATANTE no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.2.4.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa/CONTRATADA poderá ser recusada pelo órgão ou entidade/CONTRATANTE, desde que devidamente justificada, devendo a empresa/CONTRATADA designar outro para o exercício da atividade.

8.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II da Lei nº 14.133/21).

8.2.6. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.2.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.2.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração/CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade



a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.2.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do Fiscal ou Gestor(a) do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.2.10. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.2.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade para a CONTRATANTE;

8.2.12. Comunicar o(a) Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.2.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.2.14. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.2.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.2.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.2.17. Submeter previamente, por escrito, para CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.2.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.2.19. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.2.20. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/21);

8.2.21. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo(a) fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/21);

8.2.22. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.2.23. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.24. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4 A Administração/CONTRATANTE deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

9.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6 É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7 A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8 A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9 A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração/CONTRATANTE nas hipóteses previstas na LGPD.

9.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração/CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/21);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/21))

iv) **Multa:**

(1) moratória de 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

(2) moratória de 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, do 2º (segundo) até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

(3) moratória de 0,3% (três décimos percentuais) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) e até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a ser calculado o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

(3a) Após o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a unidade gestora do contrato deve notificar a CONTRATADA e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la;

(4) moratória de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato ou do valor estimado da contratação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
- b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração/CONTRATANTE, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- d) deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação da CONTRATANTE;
- e) não devolver os valores pagos indevidamente pela CONTRATANTE;
- f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
- g) utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato;
- h) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- i) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- j) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela CONTRATANTE;
- k) deixar de repor funcionários faltosos;
- l) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- m) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- n) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguro, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- o) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.

(5) moratória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato ou do valor estimado da contratação, na hipótese da CONTRATADA entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

(6) moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou do valor estimado da contratação, quando a CONTRATADA ou fornecedor registrado der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preços;

(7) moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato em caso de inexecução parcial definitiva do objeto do contrato;

(8) moratória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

(9) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3. Constatado o atraso na entrega de bens ou na execução de serviços, a unidade gestora da contratação deverá iniciar a instrução da penalidade de multa após o cálculo do valor pelo(a) Gestor(a) de Contratos, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.4. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21).

11.5. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21).

11.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/21)

11.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE para CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21):



- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no artigo 159, da Lei nº 14.133/21).

11.9. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/21).

11.10. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133/21).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133/21.

12.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Para atender as despesas decorrentes deste contrato, foram aprovadas no orçamento para o exercício do ano 2024, através da Lei nº 7.045, de 05 de dezembro de 2023, a seguinte dotação orçamentária:

PRINC	CLASSIF INSTITUCIONAL		CATEGORIA ECONÔMICA		FR	C APLIC
1064	02.15.05	06.183.0031.1039	33903099	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	1	450.000
1067	02.15.05	06.183.0031.1039	33903905	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	1	450.000
1697	02.15.05	06.183.0031.1039	33903026	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	1	450.000
1697	02.15.05	06.183.0031.1039	33903099	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	1	450.000
1698	02.15.05	06.183.0031.1039	33903905	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	1	450.000
1699	02.15.05	06.183.0031.1039	44905233	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	1	450.000
1699	02.15.05	06.183.0031.1039	44905235	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1	450.000



13.2. Recursos Financeiros:

FONTE	1	TESOURO
Cod. Aplic.	450.000	TRÂNSITO-FISCALIZAÇÃO

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, no Decreto Municipal nº 15.631/2023 e suas alterações e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Votuporanga, Estado de São Paulo, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem assim justas e combinadas, as partes contratantes firmam o presente instrumento na presença de 02 (duas) testemunhas instrumentárias.

Votuporanga, -- de ----- de 2024.

PELA CONTRATANTE:

JORGE AUGUSTO SEBA
Prefeito Municipal

PELA CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:



**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2024 - PROCESSO Nº 122/2024

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Contratada:

Contrato nº ---/2024

Objeto:

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa(s);
- e) é de exclusiva responsabilidade da contratada manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Votuporanga, -- de ----- de 2024.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Jorge Augusto Seba - Prefeito Municipal

CPF: XXXXXXXXX

RESPONSÁVEL PELA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Jorge Augusto Seba - Prefeito Municipal

CPF: XXXXXXXXX

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pela CONTRATANTE:

Jorge Augusto Seba

Prefeito Municipal

CPF: XXXXXXXXX

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Jorge Augusto Seba

Prefeito Municipal

CPF: XXXXXXXXX

Assinatura: _____

FISCAL(AIS) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____



ANEXO IV
MINUTA DA NOTA DE EMPENHO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2024 - PROCESSO Nº 122/2024

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA Estado de São Paulo SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA									
NOTA DE EMPENHO									
					Nº do Empenho/Tipo		Recurso		
Órgão					Unidade Orçamentária				
Dotação					Nº da Conta				
Credor									
Endereço					Fone		Cidade		UF
Licitação			Número		Solicitação	Proc. Compra		Emissão	Vencimento
Valor Orçado			Saldo Anterior		Valor do Empenho			Saldo Atual	
Item	Quant.	Und.	Especificação			Valor Unitário		Valor Total	
Local de Entrega						TOTAL GERAL			
_____ Contador _____ Secretário Municipal da Fazenda				RECIBO					
				Recebi(emos) da Tesouraria da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA, a importância acima especificada em moeda corrente do País.					
				_____ de _____ de _____					
				Credor					
ORDEM DE PAGAMENTO									
Pague-se ao favorecido o valor acima especificado proveniente desta Nota de Empenho				Pago em: _____ / _____ / _____					
				Banco: _____					
_____ / _____ / _____				Conta nº _____					
				Cheque nº _____					
_____				_____					
Ordenador de Despesa				Tesoureiro					